

MEMÓRIA

de um processo de
debate, reflexão e
elaboração coletiva

COMITÊ REGIONAL DA INTERNACIONAL DA EDUCAÇÃO PARA A AMÉRICA LATINA

1^{RO} ENCONTRO

Até um movimento pedagógico latino-americano

5 al 7 de diciembre, 2011



Internacional de la Educación

PRESIDENTA

Susan Hopgood

SECRETARIO GENERAL

Fred van Leeuwen

Comité Regional de la Internacional de la Educación para América Latina

PRESIDENTE

Hugo Yasky
CTERA, Argentina
hugoyasky@yahoo.com.ar

CARGOS REGIONALES

Hamer Villena
SUTEP, Perú
hamerloboca@gmail.com

VICEPRESIDENTES

Fátima Da Silva
CNTE, Brasil
fatima@cnte.org.br

Jaime Gajardo
Colegio de Profesores, Chile
jgajardo@colegiodeprofesores.cl

Rosalba Gómez
FECODE, Colombia
rosalbagomez2004@yahoo.com

Brígida Rivera
CGTEN/ANDEN, Nicaragua
brigidarivera@yahoo.es

Denise Mora
ANDE, Costa Rica
dmora@ande.cr

Israel Montano
ANDES 21 DE JUNIO, El Salvador
escorpion240380@gmail.com

Joviel Acevedo
STEG, Guatemala
joviel.steg@hotmail.com

Miembros del Comité Ejecutivo Mundial por América Latina

VICEPRESIDENTA MUNDIAL POR AMÉRICA LATINA

Jucara Dutra
CNTE, Brasil
jucara@cnte.org.br

MIEMBROS DEL COMITÉ EJECUTIVO MUNDIAL POR AMÉRICA LATINA

María Teresa Cabrera
ADP, República Dominicana
mariatercabrera@gmail.com

Senén Niño
FECODE, Colombia
presidencia@fecode.edu.co

Stella Maldonado
CTERA, Argentina
secgeneral@ctera.org.ar

Oficina Regional América Latina

Tel: +506 22 23 78 10
Tel/fax: 22 22 08 18
america.latina@ei-ie-al.org
Apartado Postal: 1867-2050
San José, Costa Rica

Organizaciones Afiliadas en América Latina

Confederación de Trabajadores de la Educación de la República Argentina (CTERA), Argentina

Confederación de Educadores Argentinos (CEA), Argentina

Federación Nacional de Docentes Universitarios (CONADU), Argentina

Confederación Nacional de Maestros de Educación Rural de Bolivia (CONMERB), Bolivia

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Brasil

Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior (PROIFES), Brasil

Confederação Nacional dos Trabalhadores de Estabelecimento de Ensino (CONTEE), Brasil

Colegio de Profesores de Chile (CPC), Chile

Federación Colombiana de Educadores (FECODE), Colombia

Asociación Nacional de Educadores (ANDE), Costa Rica

Sindicato de Trabajadoras y Trabajadores de la Educación Costarricense (SEC), Costa Rica

Sindikato di Trahadó den Edukashon na Kòrsou (SITEK), Curaçao

Unión Nacional de Educadores (UNE), Ecuador

Asociación Nacional de Educadores Salvadoreños (ANDES 21 de Junio), El Salvador

Sindicato de Trabajadores de la Educación de Guatemala (STEG), Guatemala

Colegio Profesional "Superación Magisterial" Hondureño (COLPROSUMAH), Honduras

Colegio de Profesores de Educación Media de Honduras (COPEMH), Honduras

Colegio Profesional Unión Magisterial de Honduras (COPRUMH), Honduras

Primer Colegio Profesional Hondureño de Maestros (Pricphma), Honduras

Confederación General Nacional de Trabajadores de la Educación de Nicaragua (CGTEN/ANDEN), Nicaragua

Federación de Profesionales Docentes de la Educación Superior (FEPDES), Nicaragua

Magisterio Panameño Unido (MPU), Panamá

Organización de Trabajadores de la Educación del Paraguay (OTEP), Paraguay

Sindicato Unitario de Trabajadores de la Educación del Perú (SUTEP), Perú

Federación Nacional de Docentes Universitarios del Perú (FENDUP), Perú

Asociación Dominicana de Profesores (ADP), República Dominicana

Asociación Nacional de Profesores y Técnicos de la Educación (ANPROTED), República Dominicana

Federación de Asociaciones de Profesores de la Universidad Autónoma de Santo Domingo (FAPROUASD), República Dominicana

Federación Democrática de Maestros y Funcionarios de Educación Primaria (FEDMYFEP), Uruguay

Federación de Trabajadores de la Enseñanza y Afines (FETRAENSEÑANZA), Venezuela

Federación de Educadores de Venezuela (FEV), Venezuela

Federación Venezolana de Maestros (FVM), Venezuela,

Federación Uruguaya del Magisterio – Trabajadores de Educación Primaria (FUM-TEP), Uruguay

www.ei-ie-al.org

MEMÓRIA

de um processo de
debate, reflexão e
elaboração coletiva

COMITÉ REGIONAL DE LA INTERNACIONAL DE LA EDUCACIÓN PARA AMÉRICA LATINA

1º ENCONTRO

Até um movimento pedagógico latino-americano

5 e 7 de dezembro de 2011

CNT Confederação Nacional dos
Trabalhadores em Educação
© www.cnte.org.br

Brasil



Internacional de la Educación
Oficina Regional para América Latina
www.ie-al.org

DIREÇÃO EXECUTIVA DA CNTE Gestão 2011/2014

Presidente:

Roberto Franklin de Leão (SP)

Vice-Presidente

Milton Canuto de Almeida (AL)

Secretário de Finanças

Antonio de Lisboa Amancio Vale (DF)

Secretária Geral

Marta Vanelli (SC)

Secretária de Relações Internacionais

Fátima Aparecida da Silva (MS)

Secretário de Assuntos Educacionais

Heleno Araújo Filho (PE)

Secretário de Imprensa e Divulgação

Alvisio Jacó Ely (SC)

Secretário de Política Sindical

Rui Oliveira (BA)

Secretário de Formação

Gilmar Soares Ferreira (MT)

Secretária de Organização

Marilda de Abreu Araújo (MG)

Secretário de Políticas Sociais

Marcos Antonio Soares (SP)

Secretária de Relações de Gênero

Isis Tavares Neves (AM)

Secretário de Aposentados e Assuntos Previdenciários

Joaquim Juscelino Linhares Cunha (CE)

Secretária de Assuntos Jurídicos e Legislativos

Ana Denise Ribas de Oliveira (PR)

Secretária de Saúde dos(as) Trabalhadores(as) em Educação

Maria Antonieta da Trindade (PE)

Secretária de Assuntos Municipais

Selene Barboza Michelin Rodrigues (RS)

Secretário de Direitos Humanos

José Carlos Bueno do Prado - Zezinho (SP)

Secretaria Executiva

Claudir Mata Magalhães de Sales (RO)

Secretaria Executiva

Odair José Neves Santos (MA)

Secretaria Executiva

José Valdivino de Moraes (PR)

Secretaria Executiva

Joel de Almeida Santos (SE)

SUPLENTE

Carlos Lima Furtado (TO)
Janeayre Almeida de Souto (RN)
Rosimar do Prado Carvalho (MG)
João Alexandrino de Oliveira (PE)
Paulina Pereira Silva de Almeida (PI)
Francisco de Assis Silva (RN)
Denise Rodrigues Goulart (RS)
Alex Santos Saratt (RS)
Maria Madalena A. Alcântara (ES)

CONSELHO FISCAL - TITULARES

Mario Sergio F. De Souza (PR)
Ivaneia de Souza Alves (AP)
Rosana Sousa do Nascimento (AC)
Berenice Jacinto D'arc (DF)
Jakes Paulo Félix dos Santos (MG)

CONSELHO FISCAL - SUPLENTE

Ida Irma Dettmer (RS)
Francisco Martins Silva (PI)
Francisca Pereira da Rocha Seixas (SP)



Brasil

CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
SDS, Edifício Venâncio III, Salas 101/106 - 70393-902 - Brasília-DF
Telefone: +55 (61) 3225-1003 - Fax: +55 (61) 3225-2685
cnte@cnte.org.br, www.cnte.org.br



Escritório Regional da Internacional da Educação, América Latina
Tel: +506 22 23 78 10
Tel/fax: 22 22 08 18
Caixa Postal: 1867-2050
america.latina@ei-ie-al.org
www.ei-ie-al.org

Direitos reservados:

Internacional da Educação, América Latina

O conteúdo desta publicação destina-se à formação sindical. Pode ser reproduzido total ou parcialmente sem fins lucrativos e citando a fonte. Agradecemos a notificação e o envio de exemplares.

Disponível para baixar em formato electrónico em:

www.ei-ie-al.org/publicaciones

Impressão: Naso, Costa Rica

Primeira edição: março de 2012

Segunda edição: abril de 2012

Primeira edição em português: junho 2012

Índice

Preâmbulo	5
Apresentação	7
HUGO YASKY Um processo de construção	9
CARLOS AUGUSTO ABICALIL Até um movimento pedagógico latino-americano	13
JUÇARA DUTRA Pedagogia emancipatória, uma ciência plural	25
MARÍA TERESA CABRERA A tarefa mais transcendente do Comitê Regional	29
SENÉN NIÑO Em defesa do significado e do direito à educação pública	31
STELLA MALDONADO Política pública e o movimento pedagógico	34
TRABALHO EM GRUPOS	37
Eixo temático do encontro	39
1 Hacia un Movimiento Pedagógico Latinoamericano	45
1.1 Como concebemos o Movimento Pedagógico Latino-americano	46
1.2 Qual o objetivo do Movimento Pedagógico Latino-americano	51
1.3 Como se organiza o Movimento Pedagógico Latino-americano	54
1.4 Que agenda propor para consolidar o Movimento Pedagógico Latino-americano	56
1.5 Debates pendentos	58
2 O papel do Estado na garantia do direito social a uma educação pública de qualidade	59
2.1 De qual Estado estamos falando?	60
2.2 O papel do Estado neoliberal na educação	61
2.3 O papel do Estado na educação com governos progressistas	63
2.4 O papel do Estado na educação que queremos	64
2.5 Debates pendentos	65

3 Política pública educacional: educação pública, democracia e justiça social	67
3.1 Limites da reforma educacional neoliberal	68
3.2 Projeções e perspectivas para uma política educacional alternativa	71
3.3 Debates pendentes	74
4 O currículo no movimento pedagógico	77
4.1 O currículo no neoliberalismo	78
4.2 O currículo alternativo como instrumento de oposição ao neoliberalismo	80
4.3 Aspectos relevantes que se deve levar em conta na construção do currículo	82
5 Qualidade da avaliação, condições, fatores, currículo e avaliação	83
5.1 O conceito de avaliação no neoliberalismo	84
5.2 Elementos para um conceito alternativo de qualidade da avaliação	86
5.3 Projeções em relação à avaliação	88
5.4 Debates pendentes	90
6 Formação e valorização das trabalhadoras e trabalhadores da educação	91
6.1 O conceito neoliberal do trabalhador docente e da trabalhadora docente	92
6.2 A formação de recursos humanos dos centros educacionais em uma pedagogia alternativa	93
6.3 Valorização do trabalho docente na pedagogia alternativa	96
6.4 Debates pendentes	97

DECLARAÇÃO

Primeiro encontro: Até um movimento pedagógico latino-americano	99
--	-----------

Programa	103
Grupos de trabalho	105
Organizações participantes	107

Preâmbulo

para a edição em português

Esta publicação, editada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), é fruto do seminário organizado pelo Comitê Regional da Internacional da Educação para a América Latina (IEAL), realizado em Bogotá, Colômbia, entre os dias 5 e 7 de dezembro de 2011, sob a temática dos rumos da pedagogia latino-americana.

Os textos que se seguem contêm significativos registros da luta sindical na América Latina e Caribe por uma educação pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade socialmente referenciada, especialmente a partir da implementação das políticas neoliberais na Região. Apontam também os desafios para a construção de um projeto educacional emancipatório e solidário, em tempos de globalização, alicerçado no respeito às diversidades étnicas e culturais dos povos do hemisfério sul ocidental.

Não obstante a eleição de governos populares no Continente ter sido decisiva para a melhoria de vida de milhões de pessoas, a estruturação de um projeto de sociedade comum – pautado na democracia participativa, no desenvolvimento ambientalmente sustentável, no nivelamento das condições socioeconômicas e na aproximação cultural dos povos –, como almejam os países da Região, requer o protagonismo da educação e do papel do Estado como indutores do bem estar social.

Neste sentido, é preciso que a ampliação do direito à educação, registrada em diversas nações de nosso continente, prescindia totalmente das heranças neoliberais. No campo estrutural, isso significa priorizar os investimentos estatais na educação pública e não condicionar à iniciativa privada o atendimento dos gargalos educacionais seculares. Sobre a qualificação pedagógica, é preciso aproximar o currículo da realidade social, promover a gestão democrática nas escolas e nos sistemas de ensino, formar e valorizar dignamente os(as) educadores(as), dissociar a avaliação dos critérios mercadológicos, dentre outras questões.

Importante registrar que o presente debate, promovido em âmbito da Internacional da Educação (IE), mantém consonância com outros que visam aprofundar a união do continente latino-americano, a exemplo do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), aos quais a CNTE e a Central Única dos Trabalhadores – CUT se fazem presentes através de assentos na Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul. E, certamente, o acúmulo desta rica discussão pedagógica em muito contribuirá para nossas intervenções nas instâncias que lutam pela inclusão de temas culturais, sociais e trabalhistas nos acordos supranacionais.

Por fim, reforçamos o objetivo da publicação que é de socializar o debate regional, a fim de empregarmos seu conteúdo à nossa realidade local.

Boa leitura a todos e todas!

Diretoria Executiva da CNTE
Maio de 2012

Apresentação

O Comitê Regional da Internacional da Educação, América Latina, vem discutindo junto com as entidades afiliadas a necessidade de estimular uma reflexão e um debate encaminhados para elaborar propostas pedagógicas apropriadas. É urgente a proposição de uma pedagogia alternativa em defesa da educação pública, profundamente debilitada e abatida pela implementação de políticas neoliberais na região.

O desafio do movimento sindical da educação na América Latina implica em desenvolver sua capacidade de proposição. O período de aplicação das políticas neoliberais impôs ao movimento sindical o investimento de muito tempo fazendo oposição e contendo a aplicação e o efeito das políticas neoliberais, como o processo de privatização, descentralização e comercialização ao qual foi submetida a educação pública, e a desvalorização permanente do trabalho docente.

Em resumo, o movimento sindical precisou enfrentar e conter o processo de deterioração da educação pública. Por esse motivo, o sindicalismo determinou como eixos o protesto e a mobilização.

Agora tem início uma nova etapa, na qual deve ser desenvolvido um novo elemento, que é a proposta de políticas públicas educacionais. A combinação de proposta, protesto e mobilização serão fatores-chave no futuro próximo para o sindicalismo da educação. Nele se insere o movimento pedagógico. Trata-se de desenvolver capacidade organizativa e elaborar uma proposta de política educacional alternativa à proposta neoliberal para que as organizações sindicais da educação estejam em condições de agir com capacidade de incidência política frente à estrutura institucional pública e frente à sociedade.

As políticas privatizantes e de redução do Estado converteram a educação pública em uma mercadoria a mais a ser comercializada e desvalorizaram a função docente no desenvolvimento social de nossos

países. Os sindicatos afiliados à Internacional da Educação lutaram na defesa de uma educação pública, gratuita, de qualidade, garantida pelo Estado e socialmente referenciada.

No âmbito da solidariedade sindical da ISCO D FETE UGT, foi possível desenvolver um processo sub-regional e continental de reflexões onde as organizações sindicais discutiam sua própria visão sobre política pública educacional e gestão democrática, orçamento, formação docente, currículo inclusivo, valorização do trabalho docente, outra avaliação não padronizada etc.

Apresentamos este documento Memória que trata dos debates mantidos e das propostas apresentadas durante as oficinas sub-regionais e o Primeiro Encontro Regional “Rumo a um movimento pedagógico latino-americano”, que ocorreu em dezembro de 2011 em Bogotá, Colômbia.



A combinação de proposta, protesto e mobilização serão fatores-chave no futuro próximo para o sindicalismo da educação. Nele se insere o movimento pedagógico.

Pouco a pouco as discussões foram depurando a visão sobre temas como: a educação pública não é neutra, não é apolítica, a educação tem conteúdo social-ideológico, a partir da sala de aula estamos construindo identidade, ideologia, valores, política. Também ficou claro que devemos evidenciar o vínculo permanente entre condições de trabalho e de vida docente e qualidade educacional, para que todas as atoras e atores envolvidos compreendam que as reivindicações trabalhistas também são reivindicações pedagógicas.

Com uma forte presença de mulheres, os vários espaços e encontros priorizaram que as propostas pedagógicas, lado a lado com as reivindicações trabalhistas, feitas pelos nossos sindicatos nacionais, contemplem paridade e equiparação de direitos e condições para as mulheres do magistério.

A América Latina começa um processo de construção coletiva que deverá continuar se desenvolvendo e somando forças para defender a educação pública, gratuita, laica e de qualidade em todos os nossos países a fim de recuperar um trabalho docente comprometido com o conhecimento da realidade e da transformação social.

Este documento de memória pertence a todas as pessoas e organizações que participaram desses debates e reflexões e que continuarão aprofundando o processo.

Um processo de construção

HUGO YASKY

Presidente do Comitê Regional da Internacional da Educação, América Latina

Eu me sinto muito honrado neste momento para falar em nome dos meus camaradas do Comitê Regional para a América Latina. Tudo o que eu digo agora será em nome de todos eles..

Muito comovido por estar nesta terra linda, com esta gente maravilhosa quando completam 3 anos que dissemos que era necessário estimular o Movimento Pedagógico Latino-americano e que era necessário escolher o lugar que simbolicamente significaria por si só uma definição, não tivemos dúvida de que este lugar seria a Colômbia, pela luta, pela história, pela dignidade com que enfrentou as políticas privatizantes e com que enfrentou e enfrenta cotidianamente a violência que assola os professores e os sindicalistas e os trabalhadores e trabalhadoras como alvo das políticas de grupos, que com a violência, o autoritarismo e o genocídio, pretendem dominar a ânsia de libertação de nossos povos. Para nós, é um orgulho dizer "presente" aqui na Colômbia.

Estamos em um momento absolutamente contraditório, em um mundo

em que, como dizia Senén no começo, a crise do capitalismo em sua etapa financeira mostra claramente que não é uma crise conjuntural, que não é um episódio que vai ser resolvido em curto prazo.

Os povos dos países do Norte começam a sentir na carne as políticas que nós sofremos, com as ditaduras genocidas que depois foram herdadas pelos governos que assumiram o discurso único do neoliberalismo. Isso é que, como dizia Senén, expressou rigorosamente o consenso de Washington.

Quando se olha para trás, e é verdade, formalmente a decisão de chegar a este ponto com o Movimento Pedagógico, como ideia de iniciar o processo de construção dele, essa decisão foi gestada há 3 anos, mas na verdade faz 20 anos, 2 décadas, que a Internacional da Educação e a Internacional de Educação, América Latina, vêm lutando, em uma etapa primeiro de resistência - a primeira etapa onde o movimento sindical tratava de cavar trincheiras e resistir aos embates, um a um, que aconteciam a partir dos governos de praticamente

todo o continente, com uma só exceção historicamente: Cuba, a única exceção. O restante dos governos, do México à Terra do Fogo, na América Latina e no Caribe, aplicou ao pé da letra a doutrina da experiência neoliberal, que com certeza apontou as armas rapidamente para a educação pública, porque destruir a educação pública era destruir uma ferramenta de luta da classe trabalhadora e dos movimentos populares, destruir a educação pública era mirar o coração da democracia, destruir a educação pública e golpear os alunos e professores era desativar um dos setores mais dinâmicos na luta para resolver o principal problema que tinha e tem este continente — que não é falta de investimento, que não é a falta de regras jurídicas claras para que os capitalistas invistam, que não é a existência de governos populistas — o principal problema deste continente foi e continua sendo a desigualdade social, desigualdade social que não se justifica, em uma terra como esta que tem tudo.

Por isso que dizemos que a pobreza que existe ainda em nosso continente é invenção das oligarquias, do imperialismo e dos setores que construíram sociedades baseadas na desigualdade social e na entrega de nossos recursos naturais, acompanhadas das políticas de exclusão, porque quando há distribuição da riqueza, há distribuição do conhecimento, e quando a riqueza se concentra, o acesso ao conhecimento se converte em um privilégio de poucos, e os mercados, ou seja, o capital, conhecem uma só lei, que é a lei da selva, esse darwinismo social que eles promovem e que tentaram filosoficamente, por isso colocavam em nossas cabeças quando diziam que era

necessário modernizar os professores, quando diziam que era necessário introduzir novas ideias, tentaram colocar em nossas cabeças a ideia de que a desigualdade é boa, essas foram as épocas em que o modelo educacional chileno era a solução e todos nós, em algum momento, ouvimos que se quiséssemos entrar no primeiro mundo, que se quiséssemos ser nações modernas, que se quiséssemos progredir, o modelo estava ali, era o modelo que Pinochet havia imposto a sangue e fogo no Chile.

Por sorte os alunos que hoje marcham em Santiago de Chile e em todo o Chile, os que ocuparam as praças e as ruas, os que deram uma lição de vida, não se esqueceram que era o modelo de Pinochet e fizeram o possível para lembrar.

Há 200 anos Bolívar e San Martín e os outros libertadores da América pensavam naturalmente em uma pátria grande que ia do Rio Grande à Terra do Fogo, essa era a ideia, a ideia de uma só nação da América Latina e Caribe e nessa terra de García Márquez é preciso dizer que depois disso vieram não 100 anos, 200 anos de solidão, porque nossos povos foram divididos, lutaram entre si, como dizia um historiador de meu país, "tivemos nações porque não soubemos ter pátria".

O chauvinismo de nossas classes dominantes nos empurrou inclusive para o extremo da guerra entre irmãos das nações da América Latina e Caribe, e há pouco recordávamos em Mar del Plata o sexto aniversário de um momento histórico crucial para os povos da América Latina e Caribe, o momento em que, enfrentando Bush, reunidos na cúpula de Mar del Plata, os presidentes do continente



decidiram dizer não ao projeto da área de Comércio Livre na América Latina, a ALCA, e decidiram dizer não ao projeto de continuar transformando a América Latina em seu quintal e isso abriu uma perspectiva nova, porque hoje quando se fala da unidade dos povos da América Latina não é uma utopia como o foi nesses anos de escuridão, nesses anos de sombra, nesses anos de dor.

A unidade que pensavam então era a unidade na submissão, a unidade era a unidade do Plano Condor, para promover golpes de Estado, a unidade era a unidade das escolas das Américas para formar castas militares que saberiam disciplinar seus povos, a unidade era a unidade do Fundo Monetário Internacional e das grandes empresas.

Hoje a unidade é outra, é a unidade nas mãos dos povos, é a unidade da construção de um destino no qual se coloca o futuro de nossos filhos, o futuro de nossa terra, o futuro de nossa história, o futuro de nossa identidade e estamos no momento certo dessa disputa, porque na América Latina, embora ainda existam países onde o neoliberalismo apareça como uma proposta viável, apesar disso na América Latina o neoliberalismo está hoje condenado a ser uma peça do passado, é parte da luta que enfrentamos.

Por isso, neste momento, esta iniciativa e esta convocatória adquirem relevância, não é a convocatória para dizer a que nos opomos, já não nos basta dizer que somos contra as reformas educacionais que tomaram o professor como objeto, que somos contra a manipulação da mídia que nos pretende responsabilizar pela crise e pelo fracasso das políticas,

não basta dizer que somos contra a imposição autoritária de políticas da imposição autoritária, das provas PISA, a imposição autoritária da regulamentação nas escolas para que o professor se transforme em um autômato que administra conteúdos e que forma, como diziam aqui, mão de obra barata, e que segmenta a sociedade de acordo com a capacidade de obter conhecimento segundo a condição e classe social a que pertence. Não basta dizer que somos contra tudo isso.

É o momento de assumir como parte de sua história de luta, como parte dessa resistência, o compromisso de no colocarmos em pé, como professores com a herança de Paulo Freire, e dizer que sistema educacional, que docente, que escola, que aluno, que sociedade, que país, que continente, nós, latino americanos e caribenhos, queremos.

Temos que começar a dizer agora para onde vamos, como construir um sistema educacional que expresse essa transição, que nós, os povos da América Latina, estamos protagonizando em busca de um sistema social que reponha a forte presença do Estado, que volte a propor o setor público como protagonista da construção de sociedades onde não sejam os mercados, os empresários e os donos dos meios de comunicação que definam as regras do jogo.

Nós não queremos reproduzir a hipocrisia dos que vêm falar de provas PISA padronizadas e falam de avaliações em todo o mundo, sabendo que o que estamos avaliando são os resultados em vários lugares de crianças e de meninas e de meninos que ainda não resolveram o dilema elementar de poder levantar-se



pela manhã e saber o que vão comer quando se deitarem à noite.

Ainda que com as contradições que se possam propor, mesmo sabendo que não são processos lineares, resolutos nessa decisão de avançar, os trabalhadores e trabalhadoras, o movimento estudantil, os movimentos sociais e os sindicatos de professores, todos nós temos um papel fundamental para definir o rumo educacional desta etapa e isso é o que propõe a construção do movimento pedagógico: não queremos construir um decálogo de como tem que ser a escola, não queremos construir os novos 10 mandamentos da educação surgidos das associações de professores, não nos sentimos donos da verdade mas, temos, sim, algo claro: se temos que escolher o rumo que vai tomar a educação, se tivéssemos que escolher entre escutar o que dizem os alunos e o que dizem os ministros, intuitivamente temos que definir: vamos escutar primeiro os alunos, ajustemos a bússola com isso e depois vamos conversar com os ministros, por isso que não vamos construir uma receita única nem pre-

tendemos realizar um simpósio educacional. Somos militantes da luta cotidiana, somos militantes sociais e o que necessitamos é construir uma base que nos permita sedimentar e que nos permita ter um instrumento para a luta político-ideológica que é neste momento o principal aspecto da batalha contra esse modelo que de qualquer forma os Chicago Boys da economia querem vender. Hoje é o primeiro capítulo.

Hoje é o passo inicial, mas é um processo de construção. Temos que ter a grandeza e a inteligência de saber que a unidade do campo popular dentro de cada nação e a unidade dos povos da América Latina no continente é elemento estratégico para ganhar a batalha que temos que ganhar para poder dizer que o mundo e a humanidade avançam em direção a um sistema social onde a exploração, a morte, a violência, façam parte de um passado obscuro que nunca mais vai estar entre nós.

Obrigado, força e com a convicção de que vamos construir tudo isso no debate coletivo, obrigado.



Se tivéssemos que escolher entre escutar o que dizem os alunos e o que dizem os ministros, **vamos escutar primeiro os alunos**, ajustemos a bússola e depois vamos conversar com os ministros.

Até um movimento pedagógico latino-americano

CARLOS AUGUSTO ABICALIL

Secretario de Educación Especial,
Ministerio de Educación de Brasil

Creio que uma boa maneira de cumprimentá-los neste início de nossa conversa é contar-lhes um pequeno diálogo que aconteceu há pouco, ao aqui chegar para o nosso encontro. Ainda na escada, um dos companheiros que me recebeu perguntou-me se eu estava nervoso. Eu lhe disse que sim, que estava congelado. Mas disse também que meu coração batia como batem os corações que lutam. Por isso, seja em português, em inglês ou em espanhol, todos nós iremos nos entender.

É uma alegria muito grande poder atender a esta convocação, inaugurando uma condição que jamais tive junto à Internacional da Educação (IE). Já participei de atividades da nossa Internacional como militante, como dirigente, como parlamentar. Hoje, tenho o desafio de aqui comparecer como representante do Ministério da Educação do governo da República Federativa do Brasil.

Iniciando minha fala, um pouco fora do roteiro que havia programado, eu aproveitei um pequeno fragmento de

uma conhecida canção latino-americana: Voltar aos dezessete (Volver a los diecisiete). Neste instante fecundo é como virar criança diante da grandeza do significado que tem esta convocatória. Sim, pois se estamos chamados a este como um primeiro encontro, isso significa que já estamos convocados a próximos encontros. Significa, então, que, ao desenharmos esta possibilidade de hoje, já estamos vislumbrando aquelas que se seguirão.

Mas não basta isso. O título da convocatória inclui a expressão até. A expressão até, que em língua portuguesa é uma preposição indicativa de uma direção de tempo ou de lugar (creio que em língua espanhola corresponda ao hacia e que, talvez, em inglês, ao until), traz o sentido de uma convocação para alcançarmos um ponto determinado, hoje, o qual encontrará muitos outros pontos adiante. E por isso o até é um abraço ao movimento! Não é um lugar estático, não é uma prova de standard, não é uma estatística, não é um momento. É constitutivo de muitos passos, inclusive, de tropeços; é constitutivo de

muita ousadia, de teimosia, de direito à dúvida; de curiosidade, de carinho, de coragem. A convocação, além de dizer que até é o movimento, afirma que ele é pedagógico: uma atenção aos primeiros passos, aos primeiros sons, às primeiras emoções. E, se é verdade que nós estamos cuidando de niños, de crianças, é verdade que tal cuidado sempre aponta para outro momento. E mais: faz sentido cuidar de niños, cuidar de nossas crianças porque acreditamos que vale a pena amanhecer. E outros amanheceres virão, ainda que os dias tenham sido difíceis.

Mas, a convocatória não para na pedagogia, que não é apenas a versão do conhecimento científico, da atenção ao cuidado de desenvolver as potencialidades humanas em cada criança, seja ela de qualquer origem, com sobrenomes brancos trazidos da Europa a partir da colonização, ou com sobrenomes aimarás, quéchuas, maias, aztecas, guaranis, tupis e de tantas centenas de outras tradições que, seguramente, nos próximas encontros estarão com suas cores, seus sons, seus dizeres, suas rezas, todos eles presentes entre nós.

Não. Este não é apenas um movimento pedagógico! Este nosso encontro tem uma outra identidade. Converte a compreensão da preposição que supostamente poderia separar dois sujeitos – a Internacional da Educação e a América Latina – elevando-a a um outro patamar, sobre o qual eu digo o contrário: a preposição, na verdade, une os dois sujeitos – A Internacional da Educação para a América Latina! Significa que a preposição para é caminho que tem ida e que tem volta, e, portanto, não é unidirecional. Por isso, amigos e amigas que vieram do

Hemisfério Norte, nós queremos dizer que somos todos muito bem-vindos a esse caminho de ida e de vinda, e que a preposição para, assim como o Equador não nos separa por oposição, nos une pela mesma disposição de termos identidades, de termos trajetória, de termos histórias, línguas, culturas, mas, sobretudo, de termos uma mesma sensibilidade.

Confesso que, além do frio, também tenho outra sensação: estou trêmulo! Isso, pelo desafio de estar frente a uma platéia como esta de hoje.

Quero me permitir, além da saudação a toda a direção da Internacional da Educação, seja do Comitê Executivo Mundial, seja do Comitê para a América Latina, saudar os nossos colaboradores e participantes que vieram da Espanha, da Noruega, da Suécia e do Canadá. Entre nós, podemos contar com presenças importantes desenhadas ao longo do tempo em que houve uma ação estratégica de iniciativa dos nossos sindicatos, ação de aproximação e de composição que dão significado à convocatória: um hacia um movimento amplo. Assim, saúdo Camila Crosso, que está entre nós e não é apenas a presidenta da Campanha Global pelo Direito à Educação como também a coordenadora da Campanha Latino-Americana pelo Direito à Educação. O que se vê aqui é uma aliança social mais ampla do que uma aliança entre sindicatos, pois tem por pressuposto a afirmação do direito à educação universal.

Também saúdo Dalila Andrade, aqui representando a coordenação geral da nossa rede strado, desenhada também há mais de uma década, como centro de uma aliança fundamental entre o movimento sindical – que nos caracteriza numa sociedade



de classes, desigual, na defesa e na constituição de direitos – e o movimento acadêmico stricto sensu, com íntima vinculação com a História e a mudança que nela se faz a partir dos diversos movimentos sociais e, particularmente, com a reflexão acadêmica sobre o nosso papel de constituir políticas públicas.

Permitam-me, senhores e senhoras, secretários e secretárias gerais, presidentes e presidentas, saudar a minha delegação, além de trazer a todos um abraço da presidenta Dilma Rousseff, do Brasil. Sou filiado à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e quero saudar, em nome de Roberto Leão, meu presidente, toda a nossa delegação da CNTE. Mas, além dela, também saúdo os demais integrantes da delegação brasileira, das outras organizações e representações sindicais que aqui se fazem presentes.

Permitam-me também dirigir-me a uma pessoa em particular, diante do quanto estou confortável depois da Mesa de Abertura desta nossa atividade de hoje. Falo, saudando-a com entusiasmo, da querida senadora colombiana Gloria Ramirez, e o faço diante da evidência de que ainda reverbera entre nós a maneira como o secretário de educação da municipalidade de Bogotá referiu-se a seu fio condutor, quando fez referência para a tomada de decisão e para a sua responsabilidade como secretário, em responder, justamente na manhã de hoje, à convocação do Conselho Municipal – lá no Brasil, correspondente às Câmaras Municipais ou às Assembléias Legislativas – afirmando que, tendo vagas ociosas em escolas privadas, não há razão para desviar o dinheiro público e financiar o negócio privado. A posição do secretário é orientada pelo

que, no movimento, foi construído a partir das pautas e derivadas deliberações da Federación Colombiana de Educadores (FECODE), sabendo dos limites de governo, mas, ao mesmo tempo, portando a direção apontada, conhecendo o fio condutor traçado pela senhora, cara senadora.

Já falamos em diversas ocasiões – aqueles que me precederam também – de sombras e de luzes. Inspirando-me nessa contradição, indago a cada um de nós: será possível um movimento pedagógico latino-americano?

A propósito, tratando de sombras e luzes, Eduardo Cavallieri escreveu:

Vaya a saber porqué tengo certeza
Que e fuego
Nunca se convierte
Del todo em cenizas.

Eduardo Cavalheri já é falecido e sob sua inspiração podemos nos indagar: junto dele, quantas outras cinzas de militantes, prontos para a mudança e para a luta, resolveram não ceder, resolveram ser necessário – e é – ir ainda mais além?

Atentos aos depoimentos ouvidos hoje, percebemos que eles não só afirmam que é possível como também que o movimento e a mudança irão ganhar forma, corpo, visibilidade a partir dessa afirmação. Lembro-me que, nos anos noventa, no período em que se fez o compromisso education for all, a IE nos convocava para dizer listos para el cambio. Em língua portuguesa, “prontos para a mudança”!

Nós respondemos, aqui, na América Latina: sim! Prontos para a mudança contra as ditaduras! Prontos para a mudança contra condições de trabalho tão precarizadas! Prontos para a mudança contra o autoritarismo! Prontos para a mudança pela expan-



são de direitos, pela promoção da equidade, por condições de vida dignas, que, necessariamente, incluíam alterações profundas na economia e na política!

Isso nos custou, em muitas ocasiões, em função da mesma convocação listos para el cambio, também respondermos: não! Comprometidos com a luta, não nos moveram nem nos moverão – como muitos militantes sandinistas em comunidades de base pronunciando o mesmo não do tempo da minha juventude, no final dos anos setenta.

Volto a indagar se será possível um movimento com identidade latino-americana e, em busca de resposta, continuo a perseguir inspiração em nossos audaciosos pensadores.

Luzes e Virtudes Sociais, escrito em 1840, é o título de um livro do caraqueño Simón Rodríguez em que ele afirma:

(...) o que não é geral sem exceção não é verdadeiramente público e o que não é público, não é social.

Hoje, são muitas as expressões oriundas do movimento migradas para documentos oficiais, para agências internacionais. Entre essas expressões, algumas não nos permitem confundir. É verdade que estamos lidando com um serviço público; mas também é serviço público a limpeza das ruas, é serviço público o tratamento da água, é serviço público a geração e a distribuição de energia elétrica, é serviço público a administração de documentos e arquivos, etc. Na nossa área, há que se cuidar bem do sentido das expressões. Os que agora procuram dizer que a educação é um bem público – e, sabemos, no idioma latino o bem tem íntima vinculação com o patri-

mônio, com o registro cartorial e, portanto, com o fato de alguém ser dono, proprietário – muitas vezes usam esse valor como um valor de troca no mercado. Por essa razão, assim como dizíamos na época da convocação listos para el cambio, também insistimos em que no, no, no nos moverán. Nós estamos falando da Educação como um direito público, não registrável em qualquer cartório, que não é patrimônio de nenhum governo ou partido de turno, mas que significa uma afirmação universal: a garantia de acesso para cada homem, cada mulher, cada menino, cada moça, cada rapaz, cada idoso, cada idosa, ao longo da sua vida, como sendo algo inalienável. E se é inalienável, não é passível de negócio, de concessão ou de sujeição ao mercado.

Ao afirmar tal distinção, também podemos lembrar Nossa América, de José Martí:

Estos tiempos no son para acostar-se com el panuello a la cabeza, sino con las armas (...) del juicio, que vencen a las otras. Trincheras de ideas valen más que trincheras de piedra (...) No hay proa que traje una nube de ideas (...) Los pueblos que no se conocen han de darse prisa para conocerse como quienes van a pelear juntos.

Com isso, José Martí é mais um a nos levar a indagações: o que lerá aquele que não entenda livros? De que falará aquele que não tem ideias?

Ousamos afirmar: uma identidade latino-americana é possível no movimento pedagógico. Até porque, Paulo Freire, já invocado em nossas memórias de hoje, afirmava:

(...)a educação popular postula também o esforço de mobilizar e organizar as classes populares, com o objetivo de conceber um poder popular.



Por meio de Hugo Yasky, presidente da Internacional de Educação para a América Latina, a expressão poder popular, poder dos povos foi reiteradamente trazida à nossa presença. Isso nos remete a que a nossa atividade e movimento têm como base de conhecimento uma educação como direito público e não pode permitir, conforme invocava a Carpa Blanca, tantos anos atrás: Nenhuma criança sem aulas, nenhuma memória esquecida, nenhum conhecimento ocultado.

Repetimos: é possível uma pedagogia latino-americana! Confirmando tal perspectiva, muitas são as expressões de resistência. Refiro-me, particularmente, às organizações solidárias da Suécia, da Noruega, do Canadá e da Espanha que, durante os períodos mais duros das ditaduras militares, em diversos dos nossos países, foram suportes fundamentais para que a dureza do enfrentamento em relação aos governos autoritários daqueles tempos não eliminasse da memória popular a capacidade de luta, de resistência e de afirmação de outras possibilidades democráticas.

Ainda nos anos cinquenta, em Cuba, contávamos com as campanhas de alfabetização que até hoje deixam memória. O método de alfabetização cubano, recentemente foi copiado como tema de campanha nos Estados Unidos: Yes, I can! Trata-se da possibilidade de qualquer um, de qualquer uma, com qualquer condição social, econômica ou familiar, ascender ao direito à educação. Poder exercitá-lo. E o fazer em movimento. Não como uma copiadora; não como janelas de informação do Windows ou dos seus concorrentes; não como um iPod ou um iPhone de quarta geração. Mas,

sim, como pessoa, como cidadão, como sujeito.

As experiências de educação popular da Nicarágua, inclusive as que foram fruto da revolução sandinista; a trajetória dos setores de educação camponesa em luta, até hoje existente em todos os nossos países; e, pelas ruas de Bogotá, os cenários de manifestação, a mobilização dos estudantes universitários, de diversos lugares, reclamando o direito dos camponeses; o que significam, o que trazem em resposta à nossa pergunta principal?

A proposta de criação da Universidade do Sul, para além da red strado que estamos construindo, é outra resposta afirmativa, do ponto de vista dessa possibilidade de uma identidade. Sem falar das experiências das universidades interculturais que acontecem no Equador, na Bolívia, na Colômbia, no México.

E o que dizer do questionamento altivo da educação autônoma zapatista, para mencionar a diversidade de políticas oficiais e instituições já legalizadas e aquelas que ainda são práticas à margem de lei, mas cheias de legitimidade pela demanda do direito de que são portadoras?

O Instituto Agroecológico Latino-Americano de Estudos Camponeses, Indígenas e Afrodescendentes é também uma política que expressa com vigor a existência de uma pedagogia latino-americana. Aliás, a presença de afrodescendentes no continente não respeitou fronteiras e, ainda hoje, é uma robusta fonte da demanda pela legitimação de políticas públicas, compondo essa identidade rigorosamente irrenunciável.

As experiências das missões Robinson, Suc e Rivas, no território venezuelano, e a criação da Universidade das Mães



da Praça de Maio são também reveladoras das ações afirmativas quanto à questão a que nos propusemos responder.

São, na verdade, inúmeras as evidências!

Eu prossigo: a experiência dos círculos de alta educação docente no Peru; a Universidade Luso-Afro-Brasileira - UNILAB - e a Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA -, por iniciativa do ex-presidente Lula, também sinalizam indícios, demonstrações, apontamentos de um projeto emancipador que se entrecruza, vai se encontrando e se reencontrando por uma educação que seja firmemente libertária e que aponte alternativas necessariamente em plural, não em singular. Não se trata, pois, de pensamento único, não é a razão única, não é a lógica única, não é o modelo único, não é a prova de satisfação única, não é a certificação única.

Outro mundo é possível era o que proclamávamos no Fórum Social Mundial. Quem acompanhou a reunião da I.E. – como eu – para decidir se participaríamos ou não do Fórum Social Mundial, sabe o que significou afirmar aquela preposição entre dois sujeitos: a Internacional para a América Latina, a América Latina para a Internacional. E de que maneira foi decisiva para a constituição de políticas sindicais e de atuação global da nossa representação sindical, no sentido de antever o que hoje é conhecido como crise, crise onde subsiste o liberalismo, crise de quem patrocinou o neoliberalismo, crise cujos efeitos nos anos noventa eram apontados somente do paralelo do Equador para o sul.

No meu tempo de juventude, no Brasil, um artista muito conhecido inter-

nacionalmente, Ney Matogrosso, cantava um poema de Rita Lee e Arnaldo Baptista, ambos muito estigmatizados naquela época: Ney Matogrosso, por ser homossexual assumido que, como artista, fazia questão de revelar a sua condição; e Rita Lee, roqueira dos anos sessenta e setenta, hoje com setenta anos, profundamente incomodada com o quadro vigente – autoritário e de fiscalização e controle da vida das pessoas. O poema entoava:

dizem que sou louco, por pensar assim, se sou muito louco por eu ser feliz, mais louco é quem me diz que não é feliz.

A loucura de desafiar a felicidade pertence a esse movimento, é raiz desse movimento, ainda que em muitos momentos continuem chamando-nos de loucos, incomodados, indignados. Ainda que em frente a Wall Street.

Qual o impacto trazido pela compreensão de que um outro mundo é possível, do ponto de vista dos filhos, das crianças, da pedagogia, do cuidado, do carinho, da atenção, da construção de futuro? Não há pedagogia se não há futuro. Não há pedagogia se não há esperança. Não há movimento se não houver o próximo passo. Outro mundo é possível é afirmação de uma pedagogia latino-americana.

Em minha tarefa de hoje, aqui, cabendo-me trazer aos grupos de trabalho que debaterão nos próximos dois dias, algumas referências conceituais, incumbo-me de algumas formulações muito simples, pontuais. Nessa direção, não posso me furtar a resgatar que muitas foram e ainda são as vozes que permanecem silenciadas na cultura colonial. Como no poema inaugural de hoje, sei que as cinzas não colocam fim ao fogo;



se quero vasculhar as cinzas, se nelas ainda quero buscar o pavio que fumega, tenho de me preparar, às vezes, para sujar as mãos. Às vezes, também, para me queimar, para assumir riscos e não me omitir diante dos desafios.

Além das vozes silenciadas e da cultura colonizada, necessito também auscultar a realidade que advém do modo como convivemos em determinadas fases da organização dos nossos sindicatos, grêmios e colégios: falo da prática da dissimulação, do silêncio, da ocultação de fatos da memória, da interpretação, de formas de dizer e de registrar as manifestações, assumindo, por vezes, o que se mostra mais cômodo, mais agradável, aproximando-nos do modo de pensar o mundo em que a riqueza individual, a capacidade de consumo e o desfrute do prazer presente surgem como a única regra de conduta, o único valor a ser seguido. Assim, como dissemos tantas vezes, não, não, não nos moverão, reafirmo o quanto o movimento que apontou o caminho da dissimulação precisava e precisa permanentemente ser enfrentado.

Nesse conjunto de referenciais, buscar as vozes silenciadas, a cultura colonizada, fazendo a crítica ao silêncio, à simulação, buscando parâmetros de verdade, de transparência, de publicidade, de dar conhecimento, de participar, de arriscar, é uma exigência em nosso cotidiano e faz-se necessário assumirmos o entendimento de que o pensamento popular é constituído por um amálgama de experiências de múltiplas origens que dão significado à mudança, que dão sentido ao movimento.

Movido por razões muito diversas,

entre elas aquela mais elementar, a de sobrevivência, Hugo Yaski, no seu pronunciamento de abertura, perguntava: como o PISA enxerga a criança se não sabe se ela terá uma, duas, três ou nenhuma refeição ao dia? Como o projeto global de um computador por aluno enxerga nossas escolas sem energia elétrica, sem banheiros, sem cadeiras, sem livros, sem palavras, sem professores, sem nutricionistas, sem funcionários da educação? Portanto, outra origem, além da sobrevivência, a da resistência para preservar a própria dignidade, traz a necessidade de estar presente, na pauta de muitas das nossas condutas comuns, a necessidade de superarmos uma certa inferioridade. Aliás, foi graças a Hugo que pude fazer a descoberta muito feliz de interpretar o nosso cartaz, nele percebendo a Internacional da Educação para a América Latina, onde a expressão para, como já explicitiei anteriormente, aparece significando movimento para os dois sentidos. Com isso, superamos um certo sentimento de inferioridade latino-americana e afirmamos que sim, nós podemos, também sem inferioridade, portadores da mesma dignidade, do mesmo modo que afirmamos tantas vezes aos nossos governantes, alcaides, governadores e governadoras, presidentes e presidentas, primeiros ministros, seja que títulos tenham, generalíssimos, vitalícios ou não (pois, felizmente, a morte não tem segregação e os leva também, só os títulos ficam). A superação da inferioridade é essencial para não termos a nossa emancipação outorgada por outro, mas uma emancipação conquistada por nós mesmos, como sujeitos coletivos. Nossa luta – que foi por sobrevivência, que foi por preservação e resistência, que foi por superação da inferioridade – é,



também, por emancipação, para podermos dizer como Paulo Freire: nós cremos no poder popular...

Si hay que firmar un credo que seya un credo de poder popular y de su dinámica”.

As estratégias de resistência e de enfrentamento por nós desenvolvidas foram expressas por meio de múltiplos matizes. Foram, a seu tempo, estratégias pedagógicas e didáticas clandestinas no interior das escolas.

Quantos registros não correspondentes ao que nós realizamos como ato pedagógico pudemos fazer para as ditaduras? Quantas vezes, mesmo perseguidos pelo controle do estado autoritário, burlamos a lei como inconfidentes e, por diversas vezes, renunciamos ao silêncio, indo buscar nas experiências fora dos muros escolares, fora dos livros de licenciatura, fora das certificações universitárias, fora dos concursos públicos, línguas e culturas, as formas de expressão, de memória e de leitura, evidenciando aquilo que Paulo Freire anunciava: a gente aprende a ler se a gente aprende a ler o mundo?

As pedagogias de sobrevivência e de resistência estão, ainda hoje, presentes: no campo, nos quilombos contemporâneos, nas populações tradicionais, naqueles que vivem situações extremadas de vulnerabilidade nos grandes centros urbanos, em cidades (capitais como Bogotá ou Brasília) que expressam a mesma dimensão de desigualdade quanto qualquer ponto mais remoto desses centros de poder.

A centralidade na conformação de uma agenda programática, outra referência conceitual dessa dinâmica, foi não renunciar à política: seja pela denúncia, seja pela afirmação. Ainda

que a afirmação parecesse para alguns a vigência de práticas de corporativismo, de cegueira, de proteção da incompetência, ou, ainda, de malandragem, enfrentamos dizendo que sim, nós fazemos política! Nós propomos políticas públicas para qualquer governo, em qualquer partido em que militemos. E por isso, mais além dos partidos e dos governos, segue a classe trabalhadora. Tal se dá, com certeza, em virtude da autonomia sindical e da liberdade de organização e de expressão, características do movimento sindical e que conformam uma pedagogia latino-americana.

A mesma pedagogia desenvolveu outros vínculos fundamentais. Entre eles, o resgate do que é popular. No Brasil, o popular era tratado, muitas vezes, como inferior, inculto, desprovido de conhecimento, incapaz de desenhar a própria história. Popular era o que não se devia ter por referência. A referência deveria ser a elite, os proprietários, quem possui bens, quem tem cartão de crédito internacional, quem voa em primeira classe. A redenção do popular como expressão do que é referência de conduta, traz outra dimensão a essa mesma referência aos povos, às gentes. Esse redimensionamento nos aponta um enraizamento: queremos plantar raízes no seio popular, queremos alianças com outros movimentos, ouvimos o sofrimento, gritamos! Mas, também, celebra a alegria e a esperança em relação a outros setores do povo, a outras demandas da cidadania.

Daí advém outra referência com consequências para o movimento: exigimos todo tempo participação democrática. Seja nas tensões internas do sindicato; seja nos partidos políticos de que eventualmente participemos;



seja nos governos, mesmo quando somos contra seus projetos.

Fomos impelidos, em nossas referências conceituais, a compreender que não há como renunciar ao exercício do poder, a manejar o poder, a entender suas ferramentas, sua estratégia, sua lógica, a atuar num campo de batalha. Esse aprendizado levou-nos a constituir, informalmente, conselhos e foros. Alguns, por certo tempo, é bem verdade, foram entendidos como arruaça, bagunça, protesto sem finalidade. Porém, tais conselhos e foros informais, antes de sua existência legal, foram fundamentais para desenvolver características constituintes do próprio movimento.

Também no movimento aprendemos a relação entre o local e o global. Aqui, a Columbia Britânica do Canadá vem dizer que os assuntos de que tratamos são os assuntos tratados lá porque não estamos falando do patrimônio do Canadá, nem do patrimônio da Colômbia, nem do patrimônio do Brasil. Falamos do direito das pessoas: o direito à educação.

Revisamos a ideia de sujeito e, uma vez mais, aquele cartaz da Internacional da Educação nos vem à mente: um sujeito é um sujeito e também para América Latina ele é sujeito, não há como se admitir um ser sujeito e outro ser objeto. Ou um ser substantivo e outro ser complemento nominal. A preposição para significa a insurgência de alguém que se afirma desde sua condição de igual dignidade como

um princípio pedagógico na relação entre iguais. Refere-se aos nossos sindicatos e às suas direções; refere-se aos governos eleitos ou que tomaram o poder; refere-se às alianças com outros setores da população de cada um dos nossos países da América Latina e do Planeta.

Esse mosaico de referenciais leva ao que é conceituado pela Sociologia como movimentos populares ou movimentos sociais. Muitos quiseram usar esse conceito de movimentos populares, de movimentos sociais ou de organizações não governamentais para dizer que a História havia acabado: as classes se dissolveram, os sindicatos não têm mais função.

Erraram! Erraram porque seguimos de pé. Apostaram nas cinzas. Nós apostamos na brasa que ainda fumeja, mesmo pequena, rota, porém, viva, quente, incômoda, ardente (seja com água ou sem aguardente). Brasas ou labaredas que resistem se ativadas, se sopradas, se tocadas, se mexidas. Logo a chama reaparece.

A História não acabou, não ficamos trancados no fato do presente, na soberania do capital financeiro. Não, não. Incomodamos e nos desacomodamos, formamos processos que são potencialmente processos de luta, de visibilidade, de manifestação, de rebeldia, de expressão. Eles mesmos são pedagógicos. Os próprios movimentos – para além das pautas e das agendas que sustentam.



Brasas ou labaredas que resistem se ativadas, se sopradas, se tocadas, se mexidas. Logo a chama reaparece.



Práticas pedagógicas também são as práticas que atravessam o ensino público: práticas que não cabem no currículo, não são certificadas, não possuem autorização governamental, mas são fundamentais para afirmarmos que não estamos tratando de bem patrimonial. Tratamos de um direito que transcende os tempos de mandato, transcende governos e fronteiras.

Essas práticas emergentes receberam diversos nomes. No Brasil, chamávamos de educação libertadora, não bancária, não contabilizável, que não cabe nas estatísticas nem nos padrões, que não pode se converter em bônus de desempenho profissional e não corresponde ao valor financeiro na folha de pagamento individualmente captada. Tratam de um processo coletivo, de um congresso, de uma assembleia, de construção comum. Portanto, não é propriedade privada.

Vivemos, por um lado, a sociologia das emergências – sempre correndo atrás do prejuízo – e, por outro lado, denunciemos a sociologia das ausências. Fizemos e fazemos a lista do que nos falta. Listamos nossas reivindicações e sabemos que para alcançá-las é preciso dar o próximo passo. Gostem ou não de ouvir as autoridades de turno.

Nesse exercício é preciso sabermos, junto com a experiência do avanço democrático e popular em diversos dos nossos governos (é o caso do governo do qual eu participo, o governo da presidenta Dilma, no Brasil), que os governos não se movem por dádiva das autoridades constituídas. Os governos se movem pela pressão social e pela disputa do fundo público. Não é por acaso que, quando há vagas ociosas nas instituições privadas,

o primeiro socorro que os privatistas buscam não é no mercado, nem nos bancos: é no orçamento público para os “vouchers”. Alegam, por outro lado, a ilusão de escolha, pelos pais e mães, privatizando o direito, confundindo, ou pensando que a educação é um mero serviço, como o de energia ou de limpeza urbana.

A essa condição, a essa ilusão de liberdade de escolha, respondemos permanentemente identificando espaços, tempos e posições que ainda indicam a existência de silêncios que precisam ser resgatados e transformados em cenários sonoros. Urge haver o despertar das ignorâncias quanto àquilo que ainda não conhecemos, porque ainda não conseguimos verbalizar, nem transformar em projeto, em planos de trabalho, em planos de ação. Qualquer que seja nossa postura, não será completa. É sempre portadora de uma incompletude. Se incompleta, admite a pluralidade, a diversidade – a não ser confundida nem com homogeneização, nem com pausteurização, nem com uniformidade.

A unidade não se confunde com a uniformidade. Assim como a diferença é um direito e a desigualdade é um crime, a resistência e a construção de alternativas (no plural), de acordo com as trajetórias que nossos povos vivem e viveram, não perderam o rumo. Cazuzo, um poeta brasileiro dos anos oitenta e noventa, num dos seus poemas reveladores de sua desilusão em relação às condições de convivência, de sobrevivência e com a política, gritava num dos seus versos: ideologia, eu quero uma para viver.

Muitos usam a ideologia para não morrer. Queremos uma ideologia para viver. Isso significa não confun-



dir as condições ideológicas com as condições programáticas de partidos ou de governos. Significa dizer que ideologia tem uma vinculação expressa com a preposição para do nosso cartaz: é para um outro lugar. Assim, hoje, talvez, devêssemos repetir: ideologia, eu quero uma para viver; utópia, eu quero uma para caminhar, para me mover, para me movimentar.

O movimento pedagógico da América Latina não renuncia à utopia. Não faz de conta que não há ideologias. Justificações, princípios, valores da conduta humana e da convivência fazem parte do projeto, compõem uma ideologia e dirigem-se a um outro lugar: o movimento é a ele intrínseco.

Nosso encontro é o primeiro porque no próximo já estaremos em outro ponto. E isso, na direção que tenhamos desenhado a partir da síntese que faremos hoje. Diversas políticas públicas concebidas mundo afora foram e são, antes, gritos. Foram e são, antes, denúncias de dor e de sofrimento. São, sobretudo, afirmação de que nós merecemos amanhecer e viver.

Podemos acolher, novamente, José Martí: despertar a América Latina para se pensar a si mesma desde a perspectiva latino-americanista. É até um silogismo, que não é tão novo, porque foi dito por José Martí. A trajetória de luta latino-americana mostra que conseguimos construir horizontes de resistência, de enfrentamento, de afirmação, impedindo, ao mesmo tempo, que os nossos povos fracassassem e que desenhássemos a trajetória para diversos deles poderem comemorar: por terem governos populares, democráticos, sensíveis, embora não sejam plenipotentes; porque o seu poder é limitado, o seu tempo é de trânsito, o seu mandato é conferido.

Às vezes, só o movimento social e, em particular, o movimento sindical, é capaz de olhar para os que têm posições de governo e chamar-lhes a atenção, alertando-os no sentido de que aquilo que não se fizer agora será uma promessa não cumprida, e pode atrair aqueles que são os nossos inimigos de classe para que voltem.

Temos assistido à reversão de políticas de direita na condução dos países desenvolvidos, com muitos matizes xenofóbicos, com a disseminação de preconceitos, com a vigência de protecionismo interno. E tais práticas são levadas a efeito, mesmo se denunciando o quanto a proteção dos nossos mercados, da nossa atividade produtiva, da nossa condição de desenvolver riquezas e distribuí-las são fatores que atravancam o desenvolvimento. Vez por outra, a Organização Mundial do Comércio está levando nossos governos ao questionamento quanto ao seguinte: o desenvolvimento de políticas internas para proteger o emprego, o mercado de consumo, a ampliação e a distribuição de renda dos nossos países são as razões da crise global? Na verdade, no interior dos seus blocos ou dos seus países, para preservar suas economias, assumem exatamente o protecionismo denunciado.

Universalizar a educação básica é a pauta do listas para el cambio. Não de maneira focada, como se o direito de niños y niñas fosse apenas quanto à educação primária, desconsiderando o desenvolvimento das plenas capacidades, a educação como processo de inclusão social, cultural, política, familiar, econômica, afetiva, intelectual. Sem reduzi-la apenas à economia. Considerá-la nas múltiplas dimensões da pessoa humana. Nessa perspectiva, a educação infantil, não como um



acidente, como a sobra, mas como uma política de ponto de partida para o melhor desenvolvimento da razão humana. Não se trata do desenvolvimento apenas da criança que passa o seu tempo na creche ou na pré-escola. Nem tampouco de uma política para tirá-la da rua ou para atender à mãe que trabalha. Trata-se de educação porque a ela se tem direito, porque gera valores para a sociedade. A integralidade é uma ampliação do direito até o acesso ao ensino superior. Nesse sentido, é importante lembrar que as alterações legislativas, em muitos dos nossos países, nasceram das assembleias dos sindicatos. É o caso de dispositivos inteiros da Constituição ou de leis de educação, de financiamento, de carreira.

Nada se fez sem protesto, sem desafio. Ainda assim, cada conquista dessas não coloca fim às nossas agendas de luta.

O desafio da formação profissional não é apenas dos licenciados, professores e docentes, também se vem apontando a necessidade da formação continuada no próprio projeto pedagógico. O diagnóstico indica baixa relevância de articulação da formação continuada com os desafios concretos da profissão; baixo impacto da maioria das políticas empreendidas pelos governos, sem articulação com a realidade concreta do desenvolvimento profissional; desconhecimento da heterogeneidade da prática docente, seja no campo e na cidade, seja nas diversas regiões dos nossos países, seja as diferenças entre os nossos países; pouca consideração da realidade das escolas e a sua condição de criação colaborativa e coletiva, desconsiderando a escola como um lugar de aprendizagem e de trabalho, um lugar de criação e de formulação de conhecimento.

É evidente a temática em torno da pós-graduação, especialmente com relação à profusão de MBAS ou de mestrados profissionais. Esse é um debate candente.

Amigos e amigas, sei que a partilha da mesa e o combate à fome nos chama. Sei que devemos nos abreviar, naquilo que vamos considerar transitoriamente. Se a nossa convocatória estiver correta, estamos falando de uma trajetória, de um percurso, de um currículo: um caminho, um projeto societário. Projeto societário constituído por valores de convivência humana, pela relação dos homens e mulheres com a natureza, com o passado, com o presente, com o futuro, com as mesmas direções de tempo e de espaço da existência humana; e termos de conformar este projeto societário com um plano estratégico que faça o projeto do movimento.

Encerro com uma alusão que poderia ser assinada por qualquer de nós. Talvez por preconceito, tenho que registrar que é um manifesto zapatista. Alguns dirão: ocupou a tribuna sindical para fazer política. Eu a cito com muita serenidade: é uma declaração que todos poderíamos firmar, pois nossa aposta é pela vida: quaisquer que fossem e que sejam as ameaças, presentes ou futuras, não serão as ameaças, as perseguições injustas, a calúnia, os assassinatos, as infâmias e difamações públicas que imputam sobre nós, sobre os dirigentes, sobre aqueles companheiros e companheiras nossos, militantes, sobre os que não renunciam a condição de perder o amanhecer de pé, tenho certeza de que para nós o fundamental é que não cremos que a morte é vitoriosa, e não acreditamos que o fogo se desfaz em cinza.

Viva o brasileiro que ainda fumeça!

Pedagogia emancipatória, uma ciência plural

JUÇARA DUTRA VIEIRA

Vicepresidenta mundial de la
Internacional de la Educación

1 Durante muito tempo, a educação procurou afirmar-se como uma área do conhecimento com status de Ciência. As dificuldades encontradas para esse reconhecimento derivavam, paradoxalmente, da grande capacidade de a educação ser transversal a praticamente todas as outras ciências. De qualquer modo, o conhecimento científico da educação está reunido na Pedagogia. Pedagogia é, assim, uma ciência que apresenta uma diferença substantiva em relação a outras, inclusive as humanas: seu acúmulo não ocorre sobre uma base comum universal. Quando falamos da fórmula H₂O todos sabem a que conceito nos referimos. Qualquer descoberta partirá desse conceito para ampliá-lo ou para questioná-lo. Mas quando falamos de construtivismo não significa que estamos nos referindo a um sucedâneo de Piaget, Vigoski ou de Paulo Freire. Esses pensadores trouxeram notáveis contribuições pedagógicas, partindo, claro, de conhecimentos disponíveis mas sem pretender esgotar suas lógicas e possibilidades. Portanto, a forma de acumulação pedagógica é diferenciada, plural, não definitiva e nenhuma abordagem se reivindica

aglutinadora de todo o conhecimento produzido até então. Nesse caso, a síntese seria contraditória, não dialógica e nem dialética.

2 Pedagogia é, também, um fato social. Como fato social, a Pedagogia é uma mediadora entre os saberes, as vivências e as percepções culturais de determinados grupos sociais em determinados contextos históricos. Talvez Paulo Freire tenha conseguido aproximar essa Pedagogia social da Pedagogia como ciência. Ele compreendeu que o acesso ao conhecimento - que deve concorrer para combater a alienação - não poderia ocorrer por meio de processos e métodos alienantes.

3 Aliás, a questão do método também é pensada por Demerval Saviani, que faz uma diferenciação entre ideias educacionais e ideias pedagógicas. Para este autor, as primeiras têm a educação como objeto e o que, classicamente, tem constituído o campo da filosofia da educação; as segundas constituem a própria substância da prática educativa, pois a própria palavra "pedagogia" tem ressonância metodológica.

4 Quando a Internacional da Educação se propõe a construir uma “pedagogia emancipadora” está sendo muito ousada. Nossa formulação sindical provavelmente está muito mais próxima das ideias - e das políticas - educacionais do que das ideias pedagógicas. No entanto, o desafio que se nos apresenta, diariamente, nas escolas e nas universidades é, predominantemente, pedagógico. Então, a primeira reflexão que quero fazer hoje é a de que seria equivocado pensar as políticas educacionais, coletivamente, nos nossos Congressos e eventos



6 Quando se fala em conteúdo político não se quer referir a uma simples retórica, nem a uma educação em abstrato. Também não se quer falar em falta de consistência teórica ou metodológica. Por conteúdo político se deve entender a tentativa de responder, pelo menos, a três questões: a quem educamos? por que educamos? para que educamos?

7 Na verdade, não existe um que educa e outro que “se” educa. O raciocínio é de que nossa tarefa é a promover a educação e o sujeito desse

Educamos porque consideramos a educação um direito humano e um direito social.

e pensar, individualmente, as políticas pedagógicas no nosso fazer cotidiano. Este, talvez, seja o grande desafio a que nos estamos propondo.

5 Refletir sobre Pedagogia já não é fácil; traduzir o que seria uma “pedagogia emancipadora”, mais difícil ainda. Uma questão que me ocorre é que essa Pedagogia deve ser contrahegemônica, tal como aconteceu, a seu tempo, com a “educação popular”, a “pedagogia crítico-social dos conteúdos” e a “pedagogia histórico-crítica”. Essas propostas contra-hegemônicas foram reações à concepção pedagógica “produtivista”, dos anos 1970, que se expressou na “pedagogia tecnicista” vigente no Brasil, nesse período e que, de acordo com Saviani, retornaria nos anos 1990 como “neotecnismo”. Assim, a segunda ideia que quero trazer para o debate é a de que a “pedagogia emancipadora” estará, necessariamente, eivada de conteúdo político.

processo é o aluno/estudante. Quem é esse aluno? É a criança, o adolescente, o jovem que nasceu sob a influência das políticas neoliberais, do capitalismo predador e excludente, a que correspondem estímulos à competição, ao individualismo, ao consumismo, à lucratividade, ao desrespeito à natureza e ao patrimônio coletivo. Por outro lado, é o estudante contemporâneo das tecnologias da informação, da robótica e da informática que influenciam, além de seu comportamento, suas habilidades e seus processos mentais e suas formas de lidar com o conhecimento.

8 Por que educamos essa geração? Educamos porque consideramos a educação um direito humano e um direito social. Educamos porque, embora sabendo de seus limites, acreditamos na capacidade transformadora da educação. Educamos porque somos inconformados com a realidade e idealizamos outra que talvez não alcancemos, mas que continuaremos buscando. Finalmente, educamos

porque elegemos essa profissão e queremos exercê-la com competência.

9 Para que educamos? Educamos para tentar incidir sobre o processo civilizatório. Educamos para uma sociedade mais justa, que promova a igualdade com respeito às diferenças. Educamos para que, a despeito da lógica capitalista, temos que pôr na agenda mundial a preservação do meio ambiente como compromisso geracional. Educamos para produzir riqueza e para que toda a humanidade tenha condições de beneficiar-se material e culturalmente da mesma.

10 Há outra questão que decorre dessas três: como fazê-lo? Voltamos ao raciocínio inicial. Recordemos que a pedagogia é uma ciência e um fato social. Isso significa que precisamos fazer da nossa prática um objeto de estudo, de investigação. Tal tarefa exige tempo, energia, organização e articulação do sindicato com a escola, com a universidade e com a comunidade.

11 Para construirmos a “pedagogia emancipadora” precisamos lutar e disputar socialmente o direito: a salários dignos, para termos dedicação exclusiva à profissão; a carreiras que superem a lógica do Estado patrimonialista; à sólida formação inicial e a garantia de formação continuada como responsabilidade do poder público; a uma distribuição de jornada que destine tempo para a reflexão coletiva no ambiente de trabalho; à gestão democrática como condição para a inclusão de todos nos processos decisórios.

12 Essas condições nos permitem alcançar o desejável profissionalismo em nosso trabalho. Mas há

um outro conceito, o de profissionalidade, que é importante considerar e que diz respeito ao conteúdo político de que falava, anteriormente. A profissionalidade está ligada ao nosso compromisso com a educação. Esse compromisso se expressa pela defesa da ética, pela promoção da inclusão, pelo combate às discriminações, pelo cultivo de práticas democráticas no nosso trabalho e nas nossas militâncias, quaisquer que sejam. É, também, esse compromisso que permite a soma de energias para buscarmos a emancipação que pretendemos.

13 O tema completo da nossa Conferência “por uma pedagogia emancipadora para uma América Latina em transformação” localiza o espaço geográfico, social, econômico e cultural sobre o qual queremos incidir. A América Latina foi um projeto de nação com o qual sonharam Simon Bolívar, Che Guevara e tantos outros menos conhecidos ou menos populares. Hoje, é um desejo de identidade, o que não é pouco. Somos várias nações, falamos, predominantemente, espanhol e português, mas, também guarani e centenas de línguas indígenas. Defendemos nossas frágeis democracias porque sempre temos algum sobressalto, como o que recentemente, ocorreu em Honduras. Procuramos estimular nossa cooperação interna para ficarmos menos vulneráveis a uma globalização econômica da qual participamos como países periféricos. Tantos desafios nos levaram a buscar saídas.

14 A América Latina em transformação pode ser vista como o esforço para fortalecer a democracia e para incluir grandes contingentes populacionais na cidadania; pode ser vista como uma região que, nos últimos anos, desacreditando das promessas

neoliberais, passou a eleger governos do campo democrático e popular; pode ser entendida, como diz Emir Sader, como a nova toupeira (toupeira é um animalzinho que vai cavando a terra, fazendo caminhos subterrâneos antes de emergir à superfície). As toupeiras silenciosas são os movimentos camponeses, as populações indígenas reivindicando mudanças constitucionais, os movimentos de mulheres, as lutas pela moradia, as experiências de democracia direta, enfim, algumas práticas que tornam a região um espaço de renovação política e social.

15 Por fim, penso que o tema de nossa Conferência e as principais bandeiras que defendemos nos últimos anos, dialoga com o temário do Congresso da IE, cujas principais resoluções dizem respeito à concepção de educação e seu financia-

mento. O tema do financiamento tem sido recorrente nas nossas lutas, assim como a defesa intransigente da educação pública de qualidade. O processo que ora desencadeamos, no entanto, pretende transcender a Conferência e o Congresso.

16 Trata-se de uma construção, quem por sua natureza, sempre estará inconclusa, mas que tem a intenção de produzir, concretamente, alguns referentes a médio prazo. Esses referentes vão se constituir em ferramentas para nosso trabalho. Será uma tecitura de muitas mãos, que certamente não sairá perfeita mas será parte fundamental de nossa identidade de classe trabalhadora, de nossa identidade profissional coletiva, de nossa identidade de sujeitos políticos deste tempo histórico nesta nossa América Latina.



A **América Latina em transformação** pode ser vista como o esforço para fortalecer a democracia e para incluir grandes contingentes populacionais na cidadania.



A tarefa mais transcendente do Comitê Regional

MARÍA TERESA CABRERA

integrante do Comitê Executivo Mundial da
Internacional da Educação

Hoje somos convocados para uma jornada singularmente importante. Sem dúvida nenhuma, a tarefa que inauguramos hoje é uma das mais transcendentais a que se propôs o Comitê Regional da Internacional da Educação, América Latina. Damos os primeiros passos em direção à estrutura do Movimento Pedagógico Latino-americano e Caribenhos para uma América Latina em Transformação.

Entendido como espaço e processo de construção coletiva, de renovação constante, de articulação e fortalecimento da diversidade cultural de nossos povos, de reafirmação do compromisso com a luta por uma América Latina grande e forte, autenticamente democrática, com Estados Nacionais garantidores do bem-estar material e espiritual de nossos povos, o Movimento Pedagógico que inicia-

mos constitui um grito de esperança e uma ratificação de que outro mundo é possível.

A palavra verdadeira é a que transforma o mundo - disse nosso admirado e sempre lembrado pedagogo Paulo Freire, para enfatizar a importância de combinar a reflexão e a ação. Precisamente, o movimento pedagógico que hoje gestamos quer ser um espaço no qual juntos e juntas, a partir de uma perspectiva crítica, leiamos coletivamente a complexa e desafiadora realidade na qual vivemos, com uma lógica de ação transformadora.

Um movimento para a resistência e a rebeldia, para a denúncia e para o protesto, para a reflexão e para a ação. Para resistirmos às políticas privatizantes que procuram mercantilizar a educação, para nos rebelar contra um modelo de dominação injusto que aprofunda a pobreza, a margina-



lização e a desigualdade social, para denunciar as políticas facciosas que pretendem fragmentar os sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras em educação, para promover juntos e juntas um paradigma sindical inspirado no refrão de que um mundo mais justo e mais humano é possível.

Em suma, o Movimento Pedagógico que procuramos colocar em andamento é uma estratégia de incidência política na definição e implementação de políticas públicas, para a recuperação e reafirmação de nossas identidades, a construção coletiva de novas utopias, a renovação da esperança, a construção da democracia plena,

para maximizar o ideal de liberdade e animar processos socioeducacionais geradores de sujeitos sociais situados e comprometidos. Este Movimento Pedagógico para uma América Latina em transformação é uma arma para a ação e o fortalecimento de nossas organizações, para afirmar os avanços conquistados e trabalhar incansavelmente pela superação das profundas desigualdades sociais que ainda persistem em nossa região, enfim, é um espaço para reinventar sonhos e semear esperanças de mudança.



O Movimento Pedagógico é uma estratégia de incidência política na definição e implementação de políticas públicas, para a recuperação e reafirmação de nossas identidades.

Em defesa do significado e do direito à educação pública de qualidade

SENÉN NIÑOintegrante do Comitê Executivo Mundial da
Internacional da Educação

Há três anos, no contexto da VI Conferência Latino-Americana da Internacional da Educação realizada em São Paulo, Brasil, propusemos a construção do Projeto Pedagógico e Educacional para a América Latina, elaborado pelos professores e pelas comunidades educacionais. Esta proposta começou a tomar corpo, pois em junho do ano passado, na cidade de Santo Domingo, o Comitê Regional da Internacional da Educação, América Latina, decidiu realizar o Primeiro Encontro Rumo a um Movimento Pedagógico Latino-Americano em Bogotá. A capital de nosso país foi escolhida como homenagem e reconhecimento ao magistério colombiano pelo seu trabalho na construção do Movimento Pedagógico, por sua luta e resistência contra a privatização da educação e por seu heróico estoicismo perante o genocídio de professoras e professores.

Este evento é realizado em consonância com o contexto político de integração regional através de projetos como ALBA, MERCOSUL, UNA-

SUL e, mais recentemente, CELAC. Ele adquire importância e destaque nacional e internacional graças à presença de vocês: mais de 500 participantes honram este histórico evento que constitui o ponto de partida de um processo necessário como é a construção do Movimento Pedagógico Latino-Americano.

Agradecemos a presença das delegações da Espanha, Suécia, Noruega, Canadá, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Costa Rica, Curaçao, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, Peru, República Dominicana, Uruguai, Venezuela e das delegações de todos os departamentos da Colômbia por terem aceito este convite feito pelo Comitê Regional da Internacional da Educação, América Latina, FECODE e a prefeitura de Bogotá.

Estamos em um mundo submerso na crise e nas incertezas, golpeado por uma injusta e desumana ordem econômica que, para favorecer o capital, ataca a existência e a dignidade dos seres humanos e ameaça destruir as condições naturais do planeta. Entretanto, também assistimos à

mais formidável mobilização social de rejeição, indignação e repúdio contra a mercantilização dos direitos humanos fundamentais, como a água, a saúde, a educação e a segurança social.

Sair deste estágio de concentração da renda em poucas mãos, do aumento desmedido de pobres e marginalizados, de submissão e exploração, constitui um desafio para as forças políticas e sociais democráticas do mundo. Esta é uma causa para quem não se cansa, para quem mantém a esperança infinita e uma confiança comovente na capacidade da humanidade de vencer a fatalidade, pois é ali que reside o segredo e a força daqueles que, sendo fracos, com organização e unidade transformam a história, produzindo as mudanças econômicas, sociais e políticas, vencendo o poder dos impérios. A humanidade sempre foi superior ao desastre e às pragas. Portanto, também o será perante o neoliberalismo.

Nós, os professores, não somos alheios ao clamor universal por mudanças. Estamos com os indignados do mundo, com os movimentos estudantis do Chile, Colômbia, França, Portugal, com os trabalhadores de

todas as nações, com os indígenas, com os que lutam pela liberdade e pela dignidade dos povos. O compromisso com todos eles é o motivo fundamental que nos anima a embarcar nesta maravilhosa aventura de construir o Movimento Pedagógico Latino-Americano.

Não é um Movimento para a submissão nem para a acomodação. Não é marketing para vender, nem um artefato para enriquecer. Não é demagogia para desorientar, nem dogma para promover as forças fatais da violência e da exclusão.

O Movimento Pedagógico deve ser um poderoso dispositivo construído coletivamente por inteligências e vontades que colem a energia dos excluídos e dos inconformados, que se nutra da força da razão e do conhecimento, que seja animado pela vocação indeclinável de transformação e liberdade. Que provoque em nossas sociedades uma grande mobilização para defender como direito humano fundamental a educação pública gratuita e de qualidade. Que obrigue os governos da América Latina a não considerá-la como mercadoria e que desalojem dos altos cargos de direção do Estado os mercenários e representantes



Não é um Movimento para a submissão nem para a acomodação. Não é marketing para vender, nem um artefato para enriquecer. Não é demagogia para desorientar, nem dogma para promover as forças fatais da violência e da exclusão.



de grupos econômicos, nacionais e transacionais que, guiados pelo seu afã de riqueza, pretendem mercantilizar até os sonhos e ilusões de nossas crianças e jovens.

O Movimento Pedagógico deve potencializar a capacidade do professor de submeter à análise crítica seu ambiente educacional, social, econômico e político, pois é através deste exercício diário e permanente que se fortalece seu papel intelectual e de trabalhador da cultura. Isto permite também que ele transmita a seus alunos que é possível e conveniente acreditar na democracia como um caminho em direção a outro mundo e sociedade possíveis, sem os grilhões da lógica imperial do mercado, e ensinar aos alunos que a crítica é o fio com o qual se tece a democracia e a sociedade.

O Movimento Pedagógico deve considerar a educação como um processo permanente de dignificação integral do ser humano, e não como um processo para a certificação ou credenciamento de indivíduos indefesos, isolados, acríticos, ahistóricos, deformados culturalmente e possuidores de uma mão de obra mo-

deradamente competente, de baixo custo e descartável, que satisfaça às necessidades do mercado.

O Movimento Pedagógico permitiu-nos resistir à contrarreforma educacional neoliberal amparada pela privatização mediante a entrega de colégios públicos a particulares em concessão, contratos de ampliação da oferta e administração com operadores privados, desprofissionalização e terceirização do trabalho docente, desfinanciamento da educação pública, amontoamento de alunos, corte do quadro de pessoal docente e administrativo, imposição de conteúdos educacionais, imposição de sistemas autoritários de avaliação.

Bem-vindos, companheiros e companheiras, a este Primeiro Encontro pela Construção do Movimento Pedagógico Latino-Americano. Sua presença nos enche de ânimo e confiança nesta difícil e patriótica tarefa de defender a educação pública. As luzes do conhecimento e a fortaleza da argumentação que todos vocês farão neste evento iluminarão e pavimentarão nosso caminho.



O Movimento Pedagógico deve considerar a **educação como um processo permanente de dignificação integral** do ser humano.



Política pública e o movimento pedagógico

STELLA MALDONADO

integrante do Comitê Executivo Mundial da Internacional da Educação

O movimento pedagógico deve construir, de baixo para cima, uma demanda ativa de uma pedagogia emancipadora, para que sejam produzidas políticas que garantam a educação pública como direito. Em última instância, sempre são os Estados os que enfraquecem os direitos sociais, justamente porque devem ser os garantidores da aplicação destes. Universalidade, igualdade de oportunidades, exigência para que o direito seja cumprido, capacidade de justiça, pensar os direitos humanos como indivisíveis e advertir que qualquer violação da ordem dos direitos humanos afeta o direito à educação.

Neste sentido, nosso papel abrange o fortalecimento de nossas organizações sindicais para podermos intervir nas políticas públicas, tanto educacionais como outras. Não devemos nos circunscrever somente à luta reivindicatória por condições materiais. Devemos também fortalecer a capacidade de produção coletiva de conhecimentos em todos os campos, para ter uma proposta

construída pelas trabalhadoras e trabalhadores.

No caso pontual da Argentina, impedimos a municipalização de escolas, precedida de um intenso trabalho de formação entre companheiras e companheiros para que vissem como a municipalização era uma etapa que precedia a privatização. Os governos populares e democráticos que nossas lutas conseguiram colocar no poder para a construção de propostas alternativas devem ter a vontade política para que nós, os trabalhadores e trabalhadoras, possamos discutir o projeto das políticas educacionais. O tema do financiamento é uma prova categórica dessa vontade política. No ano de 2003, na Argentina, em meio a uma crise devastadora e com vários assassinatos, tínhamos escolas sem começar as aulas porque os docentes não haviam recebido seu salário. Nesse cenário, foi possível negociar salários e foi iniciada uma nova etapa, que significou uma virada de página em matéria de políticas educacionais, etapa que ainda não está concluída. Temos consciência do tanto



que ainda falta avançar, mas também sabemos o quanto já se avançou e que nós, os trabalhadores e trabalhadoras em educação, tivemos um papel protagonista na conquista de reivindicações que foram bandeiras históricas e emblemáticas nas lutas promovidas pela CTERA. Tendo nossa participação como eixo, não nos conformamos com a discussão de salários na negociação coletiva. Também deve ser negociada a organização do trabalho docente. A educação é um fato coletivo, que abrangem cidadania, artes, esportes, política etc. Para que a escola possa converter-se em um lugar de construção de direitos, é necessário dispor de políticas públicas que a sustentem, porque sabemos com certeza que ela não pode ser sustentada apenas pela vontade.

Uma pedagogia emancipadora precisa de sujeitos críticos e ativos, precisa da participação de educadores, de alunos e da comunidade educacional em seu conjunto. Estes espaços de participação devem ser propiciados pelas políticas públicas. Pensamos a escola não como uma abstração, mas sim como o nó de uma rede que envolve o bairro, a comunidade, as autoridades governamentais e não governamentais etc. Para poder construir o exercício conjunto deste direito, precisamos de políticas públicas que tornem possível que trabalhem juntos, tanto dentro da escola como fora dela. Como trabalhadoras e trabalhadores em educação, devemos poder participar de outras políticas públicas ligadas à saúde, ao trabalho, à cultura etc., para ter voz ativa, intervir em sua definição e estar presentes em sua implementação.

Atualmente, atravessamos um momento de intensa disputa de ideias na América Latina, de conceitos entre dois modelos educacionais antagônicos: o que vem sendo promovido pelo neoliberalismo em nosso continente e os novos paradigmas que vão abrindo caminho a partir das lutas das trabalhadoras e dos trabalhadores em educação em muitos de nossos países. Entre essas ideias em disputa, estão a de qualidade e a de avaliação, que devem estar sempre vinculadas a um conceito integral de educação. Quando falamos de qualidade da educação, referimo-nos a uma educação integral que aprofunde ao máximo as capacidades dos sujeitos para as práticas sociais de todo tipo: as políticas, as artísticas, as científicas, as esportivas, as emocionais etc. Esta visão envolve poder avaliar os processos educacionais para poder assumir esta integralidade da educação. Para esta finalidade, as provas padronizadas não servem, nem as nacionais nem as internacionais, já que ambas abrangem apenas alguns resultados sobre determinados conteúdos de espaços curriculares como língua e matemática, mas com isto não são suficientes para saber se os processos educacionais realmente estão dando conta da necessidade de garantir o direito a uma educação integral de qualidade. É por isso que propomos como ideia de qualidade a da integralidade uma qualidade social que realmente esteja baseada no direito social à educação, de modo que todos os nossos alunos e alunas possam utilizar os instrumentos que lhes permitam tornar-se sujeitos críticos, políticos e transformadores da realidade. Pensamos que é fundamental acompanhar esta ideia de educação e de qualida-



de com uma ideia de avaliação em tantos outros processos que também façam parte da avaliação sobre o impacto das políticas, tanto no nível da escola quanto no nível das salas de aula. Isso inclui práticas pedagógicas didáticas e também práticas institucionais que devem ser revisadas coletivamente e de forma participativa. Cada uma destas instâncias de avaliação deve se transformar, ao mesmo tempo, em um processo de formação das trabalhadoras e dos trabalhadores, que logo volte a exercer novamente um impacto sobre suas próprias práticas e sobre as práticas institucionais. Acreditamos que esta é a autêntica maneira de pensar em uma educação de qualidade para

todas e todos, que possa ser garantida por meio da própria auditoria que os trabalhadores fazem de seu trabalho.

Para poder pesar realmente o impacto das políticas educacionais, é necessário considerar também um conjunto de políticas sociais convergentes que tornam possível o direito à educação, como as políticas de saúde, as políticas de alimentação, de moradia, de recreação, de esporte, entre outras, e a garantia de que os pais e mães de família vão poder ter um trabalho decente. Todo este conjunto de direitos sociais garantidos é o que torna possível o direito social à educação.



É fundamental **acompanhar esta ideia de educação e de qualidade com uma ideia de avaliação em tantos outros processos** que também façam parte da avaliação sobre o impacto das políticas.

Trabalho em grupos

Guia temático do encontro

- 1. Rumo a um movimento pedagógico latino-americano**
- 2. O papel do estado na garantia do direito social a uma educação pública de qualidade**
- 3. Política pública educacional: educação pública, democracia e justiça social**
- 4. O currículo no movimento pedagógico**
- 5. Qualidade da avaliação, condições, fatores, currículo e avaliação**
- 6. Formação e valorização das trabalhadoras e trabalhadores da educação**



MEMÓRIA

de um processo de
debate, reflexão e
elaboração coletiva

Eixo temático do encontro

(Este documento foi elaborado levando em consideração outros documentos produzidos no contexto de declarações das Conferências e Comitês Regionais da Internacional da Educação, América Latina, assim como as reuniões sub-regionais de abril no Chile e setembro na Nicarágua, e da Rede de Trabalhadoras, em agosto, em Lima.) Este exercício de análise, debate e elaboração coletiva procura fornecer ferramentas às organizações de trabalhadoras e trabalhadores em educação com o fim de elaborar propostas pedagógicas que rompam com a visão e o conteúdo neoliberal implantados na educação pública, e para ter maior incidência na definição de políticas de Estado.

O movimento pedagógico é um espaço para debater e elaborar, um espaço orgânico que continuará crescendo para além do encontro em dezembro e que aglomerará setores e instituições aliadas ao movimento sindical.

1 SOBRE O MOVIMENTO PEDAGÓGICO LATINO-AMERICANO

1.1 Como concebemos o movimento pedagógico latino-americano? Para quê?

1.2 Políticas educacionais e proposta pedagógica alternativa às políticas, conteúdo, administração, perspectiva e processo educacional imposto pela era neoliberal.

1.3 Um modelo educacional se combate com outro modelo educacional. Somente um sindicato legitimado socialmente e com capacidade de articular iniciativas com os alunos e outras expressões do campo popular pode defender a educação pública e propor outro modelo educacional.

1.4 Movimento com perspectiva regional e implementação nacional. O debate tem como base as experiências nacionais das organizações afiliadas à IE na região.

1.5 Fortalecimento sindical para incidir no processo de elaboração e implementação de políticas de Estado. Nos países da região onde há governos mais predispostos a construir políticas públicas com prioridade aos atores sociais, também é fundamental o fortalecimento sindical.

1.6 Uma condição estratégica para a elaboração e implementação de políticas de Estado é estruturar alianças com o movimento estudantil, organizações populares, movimentos sociais e centrais de trabalhadores.

1.7 Demandas de trabalho e demandas pedagógicas. Em todos os casos, tanto em situação de resistência como nos casos de Chile, Honduras e Colômbia, assim como em situação de avanço em governos permeáveis às demandas populares, devemos esforçar-nos por explicar as demandas de trabalho como avanço em direção à construção do conceito de qualidade social da educação.

1.8 Identidade profissional e identidade sindical de docentes e funcionários devem ser entendidas como duas faces de uma mesma moeda.

1.9 Reconhecimento da contribuição das organizações da educação articuladas com outros setores organizados da sociedade para a defesa da educação pública.

1.10 Institucionalização de congressos pedagógicos nos sindicatos.

2 POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL:

2.1 Educação pública e justiça social

2.1.1 Reconstruir a ideia do direito social à educação pública e resgatar o lado público da educação. Educação pública contra o ideário neoliberal da educação segmentada para uma sociedade de ganhadores e perdedores.

2.1.2 Espaço para o pensamento crítico, para a construção da identidade individual e coletiva, para a aprendizagem a partir da transformação e para esta.

2.1.3 Educação pública guiada pela perspectiva integral de direitos humanos, educação para a vida, para a inclusão, a igualdade e a transformação social.

2.1.4 Inclusão, diversidade e igualdade: uma visão para além do mundo do trabalho.

2.1.5 Desenvolvimento humanista, científico e tecnológico para o país.



2.1.6 Instituições educacionais entendidas como espaços para a garantia de direitos e para o exercício pleno da cidadania.

2.2 O papel do Estado na garantia do direito social a uma educação pública de qualidade integral e seu oferecimento

2.2.1 Sistema nacional de educação que integre e regule todos os níveis, modalidades (instituições públicas, privadas e particulares que recebem verbas públicas).

2.2.2 Estado presente em todos os níveis da educação (primeira infância, primária, secundária, educação superior).

2.2.3 Regulamentação da Educação Nacional e legislação da educação pública: um único estatuto público.

2.2.4 Papel do Estado, social, solidário e educacional contra a desregulamentação, regras de mercado, comercialização da educação pública.

2.3 Democratização do acesso e permanência

2.3.1 Gratuidade, democratização de acesso e condições para a permanência.

2.3.2 Políticas públicas nacionais versus políticas focalizadas.

2.3.3 Obrigatoriedade da educação básica e superior.

2.3.4 Trabalho infantil.

2.3.5 Relação de dimensões extraescolares, dimensão socioeconômica e cultural, que também intervêm no processo educacional (fome, violência, drogas, homofobia, racismo, sexismo, acesso à saúde, à recreação).

2.3.6 Outras políticas de Estado necessárias para resolver a exclusão social e a exclusão escolar: a consolidação do sistema educacional e a erradicação das desigualdades sociais, de gênero, étnicas e relativas à orientação sexual.

2.3.7 Educação na primeira infância: primeira ferramenta para os direitos e a igualdade.

2.3.8 Educação superior: rompendo as barreiras do elitismo e da exclusão.

2.4 Financiamento da educação e controle social

2.4.1 Orçamento público estatal para a educação pública (PIB, renda, reformas tributárias).

2.4.2 Definir o orçamento a partir de necessidades reais: quanto custa educar integralmente?



- 2.4.3 Visão sistêmica da educação: orçamento nacional, disparidades regionais, níveis educacionais, programas inclusivos.
- 2.4.4 Más práticas de pagamento pela assistência de alunos, estímulos a centros de alunos e centros de pais.
- 2.4.5 Financiamento público para formação em serviço.
- 2.4.6 Programas de apoio à permanência de alunos nas instituições.

3 FATORES ASSOCIADOS À QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

3.1 Qualidade da educação e avaliação do processo educacional

- 3.1.1 Definindo a qualidade da educação pública a partir dos contextos do processo educacional: condições do currículo, do aluno, do docente, alunos por sala de aula, por professor(a) e por funcionário(a), condições internas e externas das instituições educacionais.
- 3.1.2 A qualidade da educação como responsabilidade direta do Estado.
- 3.1.3 A qualidade da educação e condições de trabalho de profissionais da educação.
- 3.1.4 Compreender o processo educacional e sua dimensão pedagógica, institucional, relacional, cultural e social.
- 3.1.5 A avaliação: um instrumento ou um fim? Avaliar ou medir?
- 3.1.6 Avaliar o que e o como do processo educacional em seu contexto real: de que se precisa, o que devemos aprofundar, como funciona a escola, em que condições se desenvolve o trabalho docente, quais capacidades didático-pedagógicas se desenvolvem em sala de aula.
- 3.1.7 Política nacional de gestão e de avaliação da gestão educacional, garantindo mecanismos para democratizar escolas.
- 3.1.8 Concepção de êxito escolar, desempenho e rendimento. O mito do “fracasso permanente” como estigmatização midiática da educação pública.
- 3.1.9 Superando os processos técnico-instrumentais e as lógicas de mercado.
- 3.1.10 Políticas públicas para resolver as áreas evidenciadas como carentes no processo avaliador: nas salas de aula, na escola, na administração, programas educacionais, formação profissional.
- 3.1.11 Desenvolvimento dos diferentes enfoques do conceito de qualidade social da educação: qualidade de financiamento, qualidade de inclusão



social, qualidade de formação e valorização de profissionais em educação (docentes e funcionários), qualidade de gestão educacional.

3.2 Gestão democrática

3.2.1 Espaços articulados de decisão e debate coletivo sobre a educação nacional.

3.2.2 Participação em Conselhos educacionais e órgãos de deliberação coletiva de instituições educacionais em consonância com a política nacional, respeitando diversidades locais (nacionais, departamentais, provinciais, municipais).

3.2.3 Definição de conceitos como autonomia, democratização, descentralização, qualidade e participação na educação.

3.2.4 Mecanismos de acompanhamento e participação para a definição, implementação, monitoração e avaliação de políticas educacionais e seus resultados.

3.2.5 Conselhos escolares, órgãos estudantis, mães e pais de família.

3.2.6 Regulamentação da educação privada no mesmo contexto de sistema nacional.

3.2.7 Autonomia didático-científica, financeira e administrativa da educação superior.

3.3 Currículo

3.3.1 Como e para que é definido o currículo.

3.3.2 Organização e gestão de tempo e espaço pedagógico.

3.3.3 Currículo integrador da realidade social: inclusão de temas chave para a democratização, inclusão, diversidade, identidade latino-americana, lutas e conquistas sociais. (Disciplinas na era neoliberal: isolamento, ausência de relação e integração.)

3.3.4 Currículo obrigatório e adequação de currículo.

3.3.5 Educação intercultural em todas as suas dimensões.

3.3.6 Projeto curricular e práticas pedagógicas para o reconhecimento e valorização da diversidade, educação antissexista, antirracista e anti-homofóbica.

3.3.7 Integração social, salas de aula integradas.

3.3.8 Igualdade de oportunidades.

3.3.9 Tecnologias da comunicação.



4 Formação e valorização das trabalhadoras e dos trabalhadores da educação

4.1 Formação e valorização das trabalhadoras e dos trabalhadores da educação

4.1.1 Política nacional para formação e valorização de profissionais da educação (docentes e funcionários).

4.1.2 Política nacional de paridade salarial.

4.1.3 Formação inicial, articulação com formação contínua (proposta curricular nacional e redução de carga horária).

4.1.4 Reconhecimento do trabalho de preparação pedagógica e prática investigativa.

4.1.5 Carreiras profissionais docentes e para funcionários.

4.1.6 Educação técnico-profissional.

4.1.7 Docentes: criadores de pedagogia ou aplicadores de programas.

4.1.8 Condições profissionais e de trabalho de docentes e funcionários.

4.1.9 Consolidando formação profissional de docentes indígenas e de minorias étnicas.

4.1.10 Direitos trabalhistas e liberdade sindical.

4.1.11 Impacto do neoliberalismo na tarefa docente, na concepção e valorização do trabalho docente: convivência de docentes formados sob ditaduras e formados sob o neoliberalismo.

4.1.12 Formação docente dos anos 90: carências de conteúdo, sem identidade docente, com identidade de "empregado".

4.1.13 Convênios coletivos que recuperem a formação profissional e o aperfeiçoamento.

4.1.14 Programas de formação inicial e contínua sobre temáticas de igualdade e diversidade étnica, de gênero e de orientação sexual, de atenção a estudantes com necessidades diferentes, altas habilidades e combate às formas de violência e exclusão que afetam negativamente o processo de ensino-aprendizagem.

1 Hacia un Movimiento Pedagógico Latinoamericano

"É o momento de assumir o compromisso de nos colocarmos em pé como professores, com a herança de Paulo Freire, e dizer qual sistema educacional, que docente, que escola, que aluno, que sociedade, que país, que continente queremos." **Hugo Yasky**

Quatro eixos de pensamento e ação agrupam as rotas possíveis que adota este Movimento Pedagógico que aqui nasce, mas que há décadas é gestado. Esses quatro eixos são:

- 1.1 Como concebemos o Movimento Pedagógico Latinoamericano**
- 1.2 Qual o objetivo do Movimento Pedagógico Latinoamericano**
- 1.3 Como se organiza o Movimento Pedagógico Latinoamericano**
- 1.4 Que agenda propor para consolidar o Movimento Pedagógico Latinoamericano**
- 1.5 Debates pendentes**

Vamos abordar cada um desses eixos.

1.1 Como concebemos o Movimento Pedagógico Latino-americano

O Movimento Pedagógico Latino-americano é combativo e propositivo, de emancipação conquistada por nós como sujeitos coletivos, não para a submissão nem para o acomodamento. Ele é concebido como em um processo em movimento, não como um momento, não estático, mas sim como construído a partir de muitos pensamentos, inclusive tropeços, inclusive soma o direito à dúvida, a curiosidade, o carinho, a coragem. Não crê que a morte seja vitoriosa nem que o fogo acabe nas cinzas.

O Movimento é um projeto coletivo que deve ser constituído a partir das bases, em um espaço de encontro polifônico, rico na diversidade de tons, de sotaques particulares e múltiplos na forma de conceber e imaginar o que queremos para a América Latina. Muitas das propostas sugeridas são para o encontro, para compartilhar visões e caminhos construídos coletivamente a partir de possíveis consensos. Outras, destinadas a nos acompanhar no debate, no crescer juntos a partir das polêmicas, tão próprias e necessárias entre nós, porque elas reafirmam a heterogeneidade de nosso ser lati-

no-americano e o modo inflexível de insistir em não nos curvar perante a uniformidade; polêmicas que podem ser resumidas como contradições, mas que também podem ser consideradas como complementaridades. Assim deve ser o Movimento, diversificado como nosso território, como nossas etnias e raças, como nossas culturas, composto por milhares de vozes, por milhares de cores, e deve exigir constantemente a participação democrática, nos governos, partidos ou seja onde for.

Além de plural, o Movimento Pedagógico Latino-americano deve ser participativo. Assumir a multiplicidade das culturas, o interculturalismo e o multiculturalismo, que são distintos mas indispensáveis. Atender à diversidade dos outros e das outras. Voltar ao sujeito em termos de "eu só sou se tu também fores", para recuperar o sujeito que foi negado pelo modelo de desenvolvimento imposto, sujeito que tem uma história, uma cultura, uma subjetividade. Movimento que articule e seja capaz de ler as cosmovisões indígenas, afrodescendentes, ciganas, das culturas juvenis, digitais, as pers-



pectivas das mulheres, dos gêneros e das gerações. Uma escola viva que construa relações e tecido social entre a escola e a comunidade.

Também o Movimento, como Freire, crê no poder popular, na redimensão do popular como referência de conduta, como recuperação das pessoas, dos povos, um enraizamento no seio popular, alianças com outros movimentos, em que vemos seu sofrimento e sua alegria. Representa uma força questionadora que materializa a insurgência como princípio pedagógico e como fator para a elaboração e a gestão de políticas educacionais. A cultura política emancipadora é construída entre os sujeitos políticos participantes que exercem a prática da educação popular como caminho de resistência e de luta. As estratégias de resistência que aplicamos tiveram matizes, estratégias pedagógicas e didáticas que fizemos para as escolas. Renunciamos ao silêncio e buscamos experiências fora das escolas, concursos públicos, línguas e culturas e modos de expressão, e aprendemos a ler o mundo. Incorporamos as pedagogias de sobrevivência e resistência dos

que vivem nos limites que mostram a desigualdade.

Construímos um Movimento que seja capaz de transformar as relações de poder, construindo uma escola humana em que todos e todas possam aprender a viver a democracia, não a partir de um conceito mas, sim, a partir da prática cotidiana, que deve desencadear linhas de pensamento e ação encaminhadas para conceber e praticar uma educação alternativa ao pensamento dominante.

O Movimento Pedagógico deve assumir-se sem medo, já que não começa do zero. Deve recuperar a história e o sujeito. Hoje o neoliberalismo baseia-se no desconhecimento dos sujeitos: não existem os sujeitos mas sim os processos. É uma forma de violência, de exploração, em que predominam indicadores e o sujeito não tem vida. Esta é a ideia forte para continuar lutando contra a hegemonia do discurso e a padronização da vida. Existem vários pontos de partida: um deles é a própria história dos povos do continente, do que somos, dos processos históricos dos povos latino-americanos, de seus legados ancestrais, de



seus processos de submissão e dominação, de seus despojos e suas conquistas, de suas vozes silenciadas, mas também de suas lutas e resistências, de sua capacidade de levantar-se e seguir adiante, já que, como diz o poema, as cinzas não extinguem o fogo, mas se quisermos remexê-las, teremos que queimar as mãos. Esta história abrange as estratégias de resistência e enfrentamento que permeiam a educação: estratégias pedagógicas clandestinas, pedagogias silenciadas (línguas e culturas indígenas) de sobrevivência e resistência (do campo, dos barracos contemporâneos, das populações tradicionais).

Outro ponto de partida é a trajetória dos pedagogos e pedagogas latino-americanos(as) e suas inúmeras contribuições ao pensar a educação e a pedagogia. E ainda outro é a trajetória e nossas próprias histórias de luta, de protesto, de mobilização e indignação, com vitórias e derrotas, com greves, passeatas e mobilizações, mas também com seus mártires. Também temos as experiências pedagógicas em diversos países da América Latina, que demonstram um projeto eman-

cipador que está avançando com educação libertadora e pedagogias alternativas (alfabetização e educação popular em Cuba, Nicarágua, Brasil, Zapatistas, Venezuela, Peru) e com a criação de universidades como Do Sul, Madres de la Plaza de Mayo, Equador, Bolívia, Colômbia, México.

Outro, ainda, está constituído na diferença com os grandes pedagogos da América Latina, pelas próprias histórias e experiências de professores e professoras, que na sala de aula escrevem outra história, talvez menos conhecida, mas de igual importância e valor na hora de definir itinerários para a pedagogia e este Movimento.

A experiência simples e cotidiana de professores e professoras que fazem a história no anonimato e são os heróis verdadeiros desta história do Movimento Pedagógico. Por isso, torná-los(las) visíveis e recuperar sua experiência é uma enorme riqueza que valoriza o Movimento Pedagógico latino-americano.

E um ponto de partida é as diversas expressões do Movimento Pedagógico que, a partir de vários países e em



processos particulares, fundamentaram a prática pedagógica e o ensino em uma direção político-pedagógica que lhe deu um sentido distinto da vida sindical, ampliando as lutas corporativas para o âmbito mais geral da luta pela educação pública e sua concepção como direito. O Movimento se nutre do pensamento popular que é constituído por um conjunto de experiências socialmente inovadoras: necessidade de sobrevivência, resistência pela preservação, luta emancipadora, crença no poder popular.

O Movimento Pedagógico não renuncia à política nem a lidar com o poder, entender suas ferramentas, sua lógica e atuar no campo de batalha e, por isso, propomos que existam conselhos e fóruns para desenvolver o Movimento e aprendermos com ele a relação entre o local e o global. Além dos partidos e dos governos está a classe popular e sua autonomia faz parte desses conceitos que formam a pedagogia latino-americana. Não confundimos a ideologia com os programas de partidos ou governos, mas utilizamos a trajetória que demonstram os governos democráticos,

sensíveis, não onipotentes, porque seu poder é limitado e sua trajetória é temporal. Também compreendemos que o Movimento Pedagógico é político, já que o sistema educacional atual responde à política neoliberal e portanto a pedagogia nele se insere. A defesa da educação pública é feita a partir do sindicato, da política. A defesa do público é política, é uma possibilidade, é nossa proposta e, portanto, implica em processos de organização, mobilização, expressão política e alimentação da organização pela academia.

O Movimento deve estar situado no ambiente, resistir e distinguir a lógica do mercado, enfrentar o capitalismo que fabrica a pobreza e a desnutrição, que transforma os direitos em mercadoria e nos transforma em lixo, capitalismo com sua nova órbita de ação neoliberal e a nefasta ingerência de órgãos como o Banco Mundial e a OCDE e seus fins perversos na definição das políticas educacionais para a região. Deve resgatar a identidade dos povos e fortalecer nossa cultura como base para a superação da dependência ideológica, econômica, so-



cial e cultural e para ir rompendo com a submissão.

Deve ser capaz de discernir a crise que o sistema produz como efeito da reprodução da dominação dos próprios centros educacionais: capaz de precisar que o assédio escolar, a violência, a presença de meninos e meninas que são maltratados(as), de crianças infratoras ou do maltrato a professores e professoras através do assédio no trabalho, são parte desta trama de estigmatizar e ratificar a escola, para reforçar os dispositivos de dominação e controle, de reprodução do poder. No entanto, por sua vez, são efeitos desse capitalismo que saqueia e corrói as vidas individuais e coletivas.

Como resultado de aprender com a história, o Movimento Pedagógico deve ser capaz de articular e relacionar os processos no interior do movimento social, deve recuperar a relação entre a luta reivindicatória e a luta pedagógica, reconhecendo que estão amadurecidas as condições para avançar ao Movimento Pedagógico, entre elas a compreensão que temos de que a luta reivindicatória é indissociável da luta pedagógica.

Deve ter um selo de identidade para a construção coletiva de alternativas, que trate de responder de onde são construídas: a escola, a comunidade, a academia.



Como resultado de aprender com a história, o Movimento Pedagógico deve ser capaz de articular e relacionar os processos no interior do movimento social, **deve recuperar a relação entre a luta reivindicatória e a luta pedagógica**



1.2 Qual o objetivo do Movimento Pedagógico Latino-americano

O Movimento Pedagógico é para avançar na integração do continente e deve ser guiado por uma perspectiva emancipadora e internacionalista. É para unificar a América Latina, a divisão não nos interessa, pois nos foi imposta. Bolívar e San Martín pensaram em uma só pátria. Em Mar del Plata os presidentes da América do Sul disseram “não” à integração que tentava nos submeter aos Estados Unidos. Agora a unidade é uma possibilidade real, sendo atingida a partir dos povos. A perspectiva emancipadora do Movimento é definida pelo político e por esse exercício de poder que se apresenta no trabalho coletivo pela constituição do público. Como tal, envolve a criação de espaços para a construção do social, do popular e em aberta disposição para o exercício da liberdade. O Movimento deve ser multiforme e ser assumido como a combinação do local, do nacional, do diverso e do latino-americano. Deve despertar a América Latina para que seja pensada a partir de uma perspectiva “latino-americanista”, que não renuncia à utopia e a use para caminhar, que acredita em novos horizon-

tes de enfrentamento e supremacia político-econômica: inquietude, inconformidade, consolidação de estratégias diversificadas de luta. É proposto o rompimento da dominação ideológica, fazendo uma mudança entre nós, que ninguém nos tire o direito de fazê-lo como queremos, de acordo com as necessidades populares. A liberdade é fazê-lo a partir de nós mesmos e para nós mesmos. É construir um mundo onde haja espaço para todos e todas e possamos viver sem a morte da palavra, como reivindicam os zapatistas.

O Movimento Pedagógico serve para nos levantarmos e avançarmos na construção de um projeto social que possa dizer qual sistema educacional, qual escola, quais alunos, quais professores, qual sistema, quais países queremos na América Latina. É para pensar a educação integralmente, pelos trabalhadores e trabalhadoras da educação com responsabilidades na sala de aula. É para lutar contra a tendência de “proteger” o espaço educacional dos conflitos e tensões da sociedade, para inserir o sistema educacional no ambiente, para criar



condições de valorização dos saberes e mudar os paradigmas rumo a novas matrizes pedagógicas e educacionais e para pensar para a vida, que é mais complexa que as provas PISA.

O Movimento Pedagógico é para pressionar os governos de nossos países para que não assinem tratados internacionais em que seja menosprezado o direito à educação e promover estratégias que conquistem a vontade política e assim obter as transformações necessárias.

O Movimento Pedagógico é feito para fortalecer a organização sindical e suas lutas, seu processo de reivindicações e seu confronto com o modelo de escola a serviço do capitalismo, seu confronto com o neoliberalismo, sua proclamada defesa da educação pública. Para dimensionar as relações do protesto com a proposta e para confronto com as intenções do capitalismo, de coagir a educação e a escola. O sindicalismo deve incentivar um Movimento Pedagógico que, nas esferas de luta, proponha uma direção e definições sobre o sentido da educação, sobre o que e para que ensinamos. Trata-se de pensar uma

educação alternativa ao pensamento dominante. Além disso, como a escola está organizada com uma lógica que a distancia do que sucede à sua volta, o Movimento Pedagógico procura transformar a articulação escola-comunidade como relação pedagógica.

A luta sindical e seu desenvolvimento por meio do Movimento Pedagógico exigem a reivindicação de uma escola pública, popular e democrática que gere processos para as transformações dos alunos e das alunas em sujeitos. Também resgata a democracia nos centros educacionais, por meio dos conselhos ou governos escolares, mas que esses não sejam a reprodução das lógicas de poder apropriadas pela sociedade utilitarista do capitalismo, mas sim um espaço de construção do público democrático para a vivência plena e real da tomada de decisões, respaldada pela convivência pacífica, o desenvolvimento do ético e do político e a concretização dos valores do ser humano e de sua vida social.

Deve ocorrer um compromisso ético-político do Movimento Pedagógico.



gico, moldado na sua relação com a pedagogia e o ensino. O Movimento Pedagógico é para fazer do ato educacional uma ação educativa em contraposição ao individualismo que se promove, em contraposição à precarização do conhecimento que se incentiva por meio de padrões e competências, em contraposição ao modelo competitivo e individualista diferente de uma ordem ética e de valores, centrado na equidade e na justiça social como aspirações legítimas deste Movimento Pedagógico. Ou seja, o Movimento Pedagógico busca práticas encaminhadas para transformar o cotidiano de nossas escolas, práticas democratizadoras de todos os âmbitos. Isso abrange a tarefa de desmontar a lógica com que se organiza a tarefa escolar, pensar a prática coletivamente e em uma perspectiva transformadora da democracia, fazendo dela um estilo de vida no interior das práticas pedagógicas e das relações de poder na organização da escola.

O Movimento Pedagógico procura uma escola entendida como centro natural de pesquisa, de análise, de

construção de conhecimento: isso supõe observar a partir da lógica da informação, o vertical das relações e as tensões de poder que se movem nas práticas de pesquisa, mas também na organização das escolas.

O Movimento Pedagógico tem uma finalidade orientada para gerar vínculos com outras formas de organização social, de luta política e de mobilização da sociedade. Deve servir e apoiar o fortalecimento das formas organizacionais dos alunos nas várias instituições e espaços e estar atento a outras reivindicações e lutas que vinculem a educação à justiça social.

O Movimento Pedagógico é para nos assumirmos como profissionais da educação e atuar de acordo com isso, bem como para levar suas reflexões aos professores e professoras em formação e aos professores e professoras não sindicalizados(as).



1.3 Como se organiza o Movimento Pedagógico Latino-americano

Para organizar o Movimento Pedagógico é necessário cuidar do instrumento que temos, o sindicalismo, já que os ataques não são apenas contra o que defendemos mas, também, contra nós mesmos(as). Devemos defender e reforçar os sindicatos e o sindicalismo internacional, que é a única trincheira que continua presente frente ao neoliberalismo. Não pode haver receitas individuais, temos que nos unir a toda a sociedade organizada e transformadora e com o sindicalismo total. Devemos fortalecer nossas organizações para poder intervir nas políticas públicas por meio não só da luta reivindicatória por condições materiais mas também do fortalecimento da capacidade de produção coletiva de conhecimentos em todos os campos, para ter uma proposta construída pelos trabalhadores e trabalhadoras, a partir do trabalho coletivo.

No entanto, é preciso unidade, solidariedade e alianças com outros setores, na América Latina e em todo o planeta. É preciso unidade, mesmo com as contradições que temos. A unidade dentro da pluralidade, que não é o mesmo que homogeneização. Unida-

de que não se confunde com uniformidade, mas que parte do fato de que constatamos que o mal é o mesmo e decidimos construir algo que tivesse a participação de todo o continente para que seja pautado por nossa história comum.

Avançamos para a construção de alternativas no plural, com uma coordenação que se molde na liberdade e na autonomia do movimento popular. Estamos juntos, mas as divergências nos indicam distintos tempos e campos de batalha, ferramentas e armas. Precisamos de bases populares para construir um poder popular, dar conhecimento, participação, correr riscos, assumindo que o conhecimento popular é resultado do conjunto de todos e todas que dão sentido ao Movimento. Deve-se construir uma base que permita sedimentar nossa luta ideológica contra esse modelo que os "Chicago Boys" ainda querem nos vender. Inclusive em países com governos progressistas se ouve falar desses "Chicago Boys", porque eles têm muitos espelinhos coloridos. Devemos ter consciência de que existem diferenças entre nós, mas não podem



existir antagonismos, que só temos com quem está do outro lado da rua. Temos que ter a inteligência de saber que a unidade dos povos da América Latina é um elemento necessário para a construção do poder popular, para avançar até um sistema social em que a exclusão e a desigualdade não estejam presentes e para construir, começando de baixo, a demanda ativa de uma pedagogia emancipadora para que sejam produzidas as políticas que garantam a educação como um direito.

A unidade deve ter formas diferentes, não pode ser uma camisa de força onde obrigamos os professores e professoras a entrar. Às vezes devemos recorrer às formas que os professores propõem e não às que nos são passadas pelos dirigentes. Assim se obtém a incorporação de mais professores e professoras ao Movimento e fica claro que a forma que ele adquirir em cada país pode variar.

O Movimento deve ser militante de militantes político-sociais, não de um partido, mas de lutadores sociais. A militância deverá ser vista não como depreciativa ou sectária, mas sim

como uma entrega a uma luta. Portanto, não pode ser neutra, tem que tomar partido. No setor educacional, deve-se coletar a experiência dos professores e professoras de base. Necessitamos dos integrantes de todos os níveis: desde a pré-escola até a educação superior, tanto dos profissionais como dos alunos.

Para expandir seu trabalho, o Movimento Pedagógico formará comitês de base pedagógica nas estruturas sindicais e fará uso das tecnologias da informação e comunicação, bem como dos meios de comunicação coletiva, para difundir a base filosófica e as práticas e transformações educacionais produzidas em seu seio. Com este último, será possível dar continuidade ao trabalho e estabelecer redes para o intercâmbio de experiências e práticas pedagógicas.



1.4 Que agenda propor para consolidar o Movimento Pedagógico Latino-americano

É necessário aparar muitas arestas para elaborar uma agenda política e acadêmica do Movimento Pedagógico latino-americano, agenda que deve relacionar o conteúdo à forma, o intelectual ao político, o sindical às reivindicações amplas da educação. Por um lado, deve buscar o desenvolvimento de alternativas pedagógicas desencadeando processos de reflexão que consideram a diversidade cultural, de conhecimento e de currículo. Por outro, incentivar uma agenda de pesquisa para o reconhecimento e debate sobre a realidade da educação e, ainda por outro, a confrontação política com as expressões do capitalismo e de suas políticas neoliberais levadas à educação.

Uma agenda orientada para assumir a pesquisa como leitura crítica da realidade, não como simples diagnóstico. Agenda que deve complementar a pesquisa e a sistematização com as publicações. Não se transforma o que não se conhece e isso torna necessário que a pesquisa seja o fio condutor que gera essa consciência crítica.

Para o desenvolvimento desta agen-

da, são propostas grandes temáticas iniciais de pesquisa:

- Visualizar e reconstruir nossas lutas para constituir a pedagogia da luta: recuperar a memória histórica tanto da resistência como dos avanços. Os conhecimentos que geramos têm que ser para a ação política.
- Estudo e confrontação das políticas educacionais.
- O trabalho e a profissão docente: seus ritmos e tempos escolares, a situação da saúde e dos riscos profissionais.
- A mulher no setor educacional: suas lutas, sua vida cotidiana e no trabalho, sua condição de gênero e seu papel de professora ou de líder acadêmica, sindical e política.
- Estudos diversos relacionados ao processo educacional e com os alunos, e que inclusive envolvem os alunos na própria pesquisa. É proposta a realização de projetos participativos com os alunos, fazer pesquisa-ação que leve a identificar as causas do problema.



Outros pontos da agenda são:

- Dar continuidade a este encontro por meio de encontros periódicos, bem como a realização de outros eventos em outros níveis e lugares.
- Replicar este encontro nos vários países a partir das realidades concretas.

Também foram assinaladas várias dificuldades. A mais destacada tem a ver com a saturação das professoras e professores, que lhes impede de dedicar tempo para pensar sua prática pelos controles aos quais estão submetidas(os). Existe uma política que oprime os tempos e espaços de trabalho coletivo, de reunião, de integração para o estudo, a reflexão, a pesquisa e o trabalho político e sindical. Existe uma forma de opressão sobre o magistério que é o maior obs-

táculo para incentivar as dinâmicas do Movimento. Por isso é feito um reiterado chamado a fortalecer o compromisso ético e político que permita a sobreposição a esses obstáculos e unir esforços para consolidar este Movimento dentro das bases do magistério e dos alunos, pois esse é seu lugar natural para residir.

É conveniente destacar que este é um processo inacabado, em permanente marcha e movimento. Igualmente insistimos em seu caráter colaborativo, coletivo e solidário. É pois uma oportunidade histórica e um desafio colossal que podemos e devemos incentivar com o melhor de nossas mulheres e homens, e com a vontade política da liderança da Internacional da Educação e de sua presença no continente latino-americano e no mundo inteiro.



1.5 Debates pendentos

Existem alguns debates relacionados com o caráter do Movimento Pedagógico que consideramos pendentos e ainda não foram feitos.

Um desses debates se refere a como nos entendemos. É necessário incentivar uma conceituação e uma visão distinta sobre o professor e a professora. O desafio é propiciar uma autodefinição do ser professor e professora e desenvolver amplamente o debate sobre como nos assumimos: como intelectuais ou trabalhadores(as) profissionais, e se essas definições e maneiras são distintas ou, se pelo contrário, podem ser dimensões complementares.

Outro debate está relacionado à estrutura, organização e funcionamento do Movimento. A condução deve ser dada pelo Comitê Regional da Internacional da Educação, América Latina, e organizações afiliadas, as quais vão nutrir esse Movimento. O sindicato cumpre uma tarefa e uma liderança indelegável na cons-

trução de um movimento que respeite a pluralidade.

Em todos os casos, consideramos que deve ser profundamente democrático, aberto e vinculado com outras formas de organização e de expressão do pedagógico, do social e do popular. Deve permitir uma ampla margem de participação mas, ao mesmo tempo, cuidar para que não se burocratize. Deve ser aberto e propor alianças, perguntar-se com quem dialoga e ter um olhar amplo, disposto a encontrar-se com o outro e a acompanhar-se nos caminhos de investigação, de estudo, mas também de luta.

A polêmica até agora se referiu a como se relaciona e qual é a organização-mãe. Existe ali uma dúvida que vai além da direção política, mas que compromete profundamente a condução sindical na organização e na liderança do Movimento. Essa dúvida questiona se ela deve ser definida ou não nessas alianças ou se, pelo contrário, deve ser discriminada.

2 O papel do Estado na garantia do direito social a uma educação pública de qualidade

"O Estado é um espaço de uma verdadeira disputa entre uma esfera mercantil e uma esfera pública." **Emir Sader**

Como defensores(as) da educação pública, reclamamos uma participação ativa e decidida do Estado no sistema educacional e dividimos nossa sinalização nos seguintes aspectos:

2.1 De qual Estado estamos falando?

2.2 O papel do Estado neoliberal na educação

2.3 O papel do Estado na educação com governos progressistas

2.4 O papel do Estado na educação que queremos

2.5 Discussões pendentes ou diferenciais

2.1 De qual Estado estamos falando?

Para podermos propor o papel do Estado na educação, devemos começar por esclarecer de qual Estado estamos falando, e de como ele se diferencia entre um país e outros na América Latina. Precisamos lembrar que a educação faz parte da legitimação ideológica dos estados, e que a reforma educacional exige dos Estados que fiquem ao lado da população. Em última instância, sempre são os estados que fragilizam os direitos sociais, como o direito à educação, porque devem ser os garantidores de que esses direitos sejam aplicados.

Atualmente, na América Latina, alguns países têm estados neoliberais, que não vão fazer nenhuma reforma educacional alternativa. Em outros países, o Estado responde a governos progressistas que estão implementando algumas medidas em favor da educação e do magistério e que estão abertos a permitir a participação de nossas organizações nas decisões de política educacional.



Precisamos lembrar que a **educação faz parte da legitimação ideológica dos estados**, e que a reforma educacional exige dos Estados que fiquem ao lado da população



2.2 O papel do Estado neoliberal na educação

Nos países em que prevalece, o neoliberalismo transformou o Estado e sua função, com a redução de seu caráter social e a privatização de atividades e serviços. O Estado foi se retirando de sua função de garantidor do direito à educação e ocorre uma tendência à destruição do público, permitindo uma inserção cada vez maior do capital privado – e de sua lógica – por meio de diversos mecanismos: alianças, concessões, subsídios, mega colégios ou investimento direto. Os recursos públicos são destinados para favorecer a grupos privados. Por exemplo, as escolas são entregues, por concessão, para ser administradas por particulares, o que significa que o Estado não só trata com entidades sem fins lucrativos mas também com instituições privadas lucrativas.

Alguns aspectos deste processo são:

- O Estado foi subordinado aos preceitos dos órgãos internacionais e ocorreu uma perda clara da iniciativa nacional. Os órgãos financeiros internacionais elaboraram em conjunto, com o mesmo formato, as reformas educacionais na América Latina e por isso esta teve uma orientação homo-

gênea em toda a região e se afastou da realidade de nossos países. Portanto, não responde aos contextos nacionais de pobreza e negligencia o setor rural multiétnico e pluricultural de nossos povos. O Banco Mundial promoveu a transferência da educação pública para a empresa privada e o BID promove a criação de redes de empresários e outras entidades para que gerenciem a educação e lucrem com ela. Com isso, houve uma reconceitualização da educação, que deixou de ser considerada um direito social para passar a ser vista como um serviço-mercadoria que pode ser acessado se houver recursos para pagá-lo e, por outro lado, o Estado transfere recursos ao setor privado para que preste o “serviço” educacional.

- Nos centros educacionais, tanto públicos como privados, tudo funciona com uma lógica empresarial e de mercado, tanto a nível geral como na administração interna dos centros educacionais, provocando a aplicação da lógica do custo-benefício e não a de direitos universais.
- O Estado não cumpre seu papel como regulador do setor privado e



nem sempre cumpre nem garante o cumprimento de algumas leis favoráveis que foram aprovadas a custo.

- O Estado reduziu o orçamento da educação e, por sua vez, destina recursos para favorecer empresas privadas, o que leva à redução de salários, deterioração das condições materiais e desmantelamento e desaparecimento de centros públicos. O Estado se transforma em contratante de empresas com fins lucrativos na educação.
- Como parte da tendência a retirar a participação do Estado na educação, é aplicada a equivocada descentralização e a mal-entendida democrati-

zação, que passam a responsabilidade, econômica e política, às comunidades e aos pais de família, para forçar a inserção da lógica de custo-benefício no funcionamento dos centros escolares e para reduzir o financiamento por parte do Estado. Além disso, os pais deixam de ser colaboradores dos centros educacionais para passar a exercer controle sobre eles.

- Tanto no setor público como no privado, são aplicadas normas de flexibilização no trabalho, desprofissionalização e desprestígio dos docentes e das docentes, uma vez que existe perseguição.



O Estado **reduziu o orçamento da educação** e, por sua vez, destina recursos para favorecer empresas privadas, o que leva à redução de salários, deterioração das condições materiais e desmantelamento e desaparecimento de centros públicos.



2.3 O papel do Estado na educação com governos progressistas

Nos países em que existem governos progressistas ou de cunho popular, a política educacional sofreu algumas mudanças importantes, como:

- Em alguns países, o Estado se transformou em garantidor do direito à educação pública ou foi estabelecido, constitucionalmente, seu caráter de transformador das estruturas econômico-sociais. Foram abertos espaços para a participação nas decisões, embora em certos espaços, como nas universidades, é mantida a implementação de algumas políticas neoliberais

– reconhecimento por desempenho, elitismo e horários que não permitem estudar e trabalhar. Foi fortalecido o espaço público do sistema educacional.

- Em alguns países são realizados processos de educação libertária ou popular ou com pedagogias alternativas.

É preciso esclarecer que nem sempre são cumpridas as leis favoráveis que foram aprovadas.



Nos países em que existem governos progressistas ou de cunho popular, **a política educacional sofreu algumas mudanças importantes.**



2.4 O papel do Estado na educação que queremos

O Movimento Pedagógico considera que o Estado, como garantidor do direito à educação, deve: respeitar esse direito, protegê-lo para que outros não o impeçam, realizá-lo com a universalidade e a gratuidade e promovê-lo.

Para cumprir este papel fundamental, as ações do Estado devem estar orientadas para:

- Garantir que a educação seja pública, laica e gratuita e financiada em todos os níveis.
- Elaborar, em conjunto com o magistério e o restante da sociedade, um Projeto Educacional Nacional, que seja vinculado ao Projeto Nacional

de Desenvolvimento e que inclua plano curricular e modelo pedagógico emancipadores.

- Regular os meios de comunicação, como parte da educação informal e também o funcionamento dos centros privados.
- Garantir a criação de condições materiais e de trabalho que permitam uma educação de qualidade.
- Regular a carreira no magistério a partir de uma lei e garantir a formação inicial e permanente de qualidade para os docentes e as docentes.
- Criar um sistema nacional de avaliação.



O Estado deve elaborar, em conjunto com o magistério e o restante da sociedade, um **Projeto Educacional Nacional**, que seja vinculado ao Projeto Nacional de Desenvolvimento e que inclua plano curricular e modelo pedagógico emancipadores



2.5 Debates pendentes

Existem alguns debates relacionados ao papel do Estado que devem ser aprofundados: um deles refere-se ao conceito de investimento educacional, outro aos subsídios aos alunos e outro, a como propor o financiamento à educação.

Sobre o uso do conceito de investimento educacional, foram identificadas pelo menos três posições. A primeira considera que os neoliberais propõem que a educação é uma despesa e que não são necessários mais recursos mas sim uma administração adequada destes.

No entanto, a educação está no eixo da política do Estado e é um elemento fundamental no crescimento. Portanto, de-

ve-se reivindicá-la como um investimento e discutir com as ideias dos neoliberais para reivindicar que não é um gasto prescindível.

Outra posição assinala que a educação é para formar sujeitos. O neoliberalismo quer sujeitos para o capital, que saibam fazer o que este exige. A tarefa para o trabalho é necessária, mas não nas condições impostas sob políticas neoliberais. Devemos levantar a formação de sujeitos diferentes e não pensar em códigos neoliberais que justificam suas políticas e inserem a educação em sua lógica de funcionamento.

Uma terceira posição reconhece que o



A educação está no eixo da política do Estado e é um elemento fundamental no crescimento. Portanto, **deve-se reivindicá-la como um investimento** e discutir com as ideias dos neoliberais para reivindicar que não é um gasto prescindível.



dinheiro gasto em educação é um investimento social e, sobretudo, não é só um investimento porque a educação tem uma dimensão mais além da formação de sujeitos para o trabalho, que se relaciona com a formação de seres humanos para a vida.

Sobre o financiamento, devemos lembrar que os governos populares e democráticos que nossas lutas conquistaram, com a construção de propostas alternativas, devem ter vontade política para que os trabalhadores e trabalhadoras possam discutir o projeto das políticas educacionais.

O tema do financiamento é o “teste final” dessa vontade. A luta pelo financiamento pode ser proposta apenas como percentual do PIB ou seu horizonte pode ser ampliado quando se propõe a exigência de que sejam garantidos os recursos materiais e as condições de trabalho adequadas, ou ao propor qual deve ser o direcionamento dos recursos destinados à educação ou, ainda mais, se o financiamento deve estar unido a outros elementos, já que não basta com este, mas é necessária a elaboração de um plano curricular alternativo da formação inicial de qualidade etc.

3

Política pública educacional: educação pública, democracia e justiça social

"A educação popular postula, então, o esforço de mobilizar e organizar as classes populares com o objetivo de conceber um poder popular." **Paulo Freire**

É interessante apontar dois aspectos centrais em relação à política educacional, a saber:

3.1 Limites da reforma educacional neoliberal

3.2 Projeções e perspectivas para uma política educacional alternativa

3.3 Debates pendentes

3.1 Limites da reforma educacional neoliberal

Os anos 80 e 90 trouxeram a aplicação de suas políticas neoliberais, que desfiguraram a linguagem política de nossos povos, invertendo o significado dos conceitos e obrigando-os a servir a seus fins com a palavra. Por exemplo, a expressão política de ajuste estrutural, no passado, falava da necessidade de mudanças estruturais, tais como a reforma agrária e a nacionalização dos bancos, mas na boca dos neoliberais o ajuste estrutural se converteu em uma forma de transferir a propriedade pública aos grandes monopólios privados estrangeiros, promover o investimento estrangeiro e eliminar as regulações aos investidores.

A Reforma Educacional neoliberal na América Latina apresentou as seguintes características:

- A conceituação, políticas e medidas da reforma empreendida foram encaminhadas para o aprofundamento do modelo econômico e social, o modelo neoliberal que apresenta, dentro de suas manifestações mais destacadas, as seguintes: transformação do Estado e sua função, com a redução de seu caráter social e a privatização de

atividades e serviços, flexibilidade no trabalho, aumento da exclusão social: pobreza, desemprego, desigualdade e absoluta obediência aos preceitos dos órgãos financeiros internacionais.

- A tendência à destruição do público e à introdução da propriedade e da lógica privadas na educação. Isso tudo provocou:

- Uma mudança de concepção sobre a educação, que deixou de ser considerada direito para ser um serviço-mercadoria, no qual as trabalhadoras e trabalhadores produzem esse serviço, os pais e mães são os clientes e os alunos e alunas os produtos. Este serviço educacional é administrado

pelo Estado para os mais pobres, mas podem escolher quem pode pagar ou comprar o serviço.

- A introdução da concorrência na educação. A introdução do mercado é a introdução dos grupos do mercado, do lucro como objetivo, da educação como negócio. Além disso, conhece uma só lei: a da selva. Pretendem nos convencer de que a desigualdade é boa porque obriga a superação e o crescimento. Com o mercado, a



concorrência é introduzida em todos os níveis: entre docentes, entre escolas, entre universidades e o modelo que querem nos impor é o do Chile, o de Pinochet. Esta lógica se expressa em situações extremas, como a da Colômbia, onde é feita a destinação de orçamento per capita, por menino ou menina, sendo o investimento mais baixo por aluno de uma escola pública que de uma escola privada. Também a concorrência entre escolas e o maior investimento em centros subsidiados provoca uma “migração” de alunos aos centros subsidiados e o fechamento dos centros públicos.

- A introdução da gerência administrativa com a lógica da relação custo-benefício e da racionalização dos recursos, o que significa que entre maior produção haja menos recursos, a escola está melhor. Isso leva a aumentar o número mínimo de crianças por turma, produzindo cortes de pessoal, fechamentos de centros educacionais, abandono de instituições rurais e sobrecarga de trabalho para os profissionais.

- A aplicação da avaliação de desempenho docente (medida fundamen-

talmente por meio do rendimento escolar dos alunos e alunas a partir de provas padronizadas) e dos incentivos vinculados ao desempenho, em uma lógica de produtividade e economia de recursos.

- A aplicação de uma matriz comum que fala de democratização, descentralização etc. quando se trata da redução de orçamentos e direitos e do desmantelamento da escola pública, já que a gestão educacional é entregue às comunidades, com corte de recursos e transferência dos custos aos pais. A clara inclusão, no âmbito educacional, dos mecanismos com que opera o mercado, incide na perda de perspectiva, quanto à complexidade e especificidade que acompanham o fato educacional, e no desvio do apoio técnico e econômico em relação a aspectos que não cortam pela raiz os problemas de aprendizagem. Além disso, para os profissionais da educação isso foi, em muitos casos, destruturante e ameaçador.

A evidente pressão e os esforços dos governos neoliberais para desmantelar a educação pública criam a cultura do mercado para a concorrência indi-



vidual, eliminando-se valores como a solidariedade, que já não é importante porque forma-se a ideia de que cada um pode melhorar sua qualidade de vida, à margem dos demais, e promove o conceito de que o privado é melhor que o público.

- A incorporação das tecnologias modernas, sobretudo o computador, quase sempre sem a necessária formação e inclusive informação aos docentes, que aumenta a distância de gerações entre professores(as) e alunos, alimenta o fantasma do desaparecimento dos docentes e das docentes como do próprio sistema escolar. Essas tecnologias precisam ser conhecidas para que seja compreendida a relação dos alunos e alunas com elas e para aproveitar suas habilidades e conhecimentos no processo educacional.

Essas reformas não foram acordadas nem com a sociedade nem com os educadores e educadoras. Além disso, destruir a educação pública é destruir uma ferramenta de luta do movimento popular, é golpear a democracia, é desativar qualquer possibilidade de resistência dos setores mais dinâmicos para resolver os problemas de nosso continente.

Nos locais onde não foram desenvolvidas essas políticas isso ocorreu pelo cunho democrático de alguns governos, quando os povos se cansaram de ser objeto de interesses privados e estrangeiros. É inegável que os docentes desempenharam um papel preponderante nas inúmeras lutas de resistência em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade para todas e todos, considerada um patrimônio e direito humano fundamental dos povos em um mundo globalizado.



3.2 Projeções e perspectivas para uma política educacional alternativa

Consideramos necessário fortalecer e expandir a resistência a essas políticas privatizantes e perante uma educação que não tem vinculação com a realidade latino-americana, que não é profunda e sim pasteurizada, que deixa nossa região em segundo plano no mundo que produz conhecimentos, que introduz critérios, como competências e inteligências emocionais alheios a nós, e que considera que a América Latina serve para fornecer trabalhadores e trabalhadoras baratos(as). Esta luta se enquadra na luta pela construção de um novo modelo social que garanta o direito ao trabalho, à saúde e à educação, que fortaleça nossa identidade nacional e latino-americana e onde sejamos sujeitos construtivos e verdadeiros protagonistas sociais. Nesse sentido, as organizações sindicais convocaram a sociedade em geral a levantar-se em defesa desse legítimo direito. Da mesma maneira, nossas organizações sindicais consideraram que o pedagógico, o sindical e o político devem estar estreitamente vinculados se queremos avançar rumo a processos democráticos e à construção de modelos alternativos.

O Movimento Pedagógico Latino-americano reconhece a necessidade de combater a ideologia neoliberal com argumentos e considera necessário retomar as experiências dos movimentos pedagógicos surgidos no seio de nossas organizações sindicais e no espaço dos novos governos da América Latina, que propõem um projeto pedagógico alternativo, bem como nutrir-se da prática e inovação pedagógica, realizada pelas pedagogas e pedagogos com mais experiência: os docentes e as docentes.

A proposta pedagógica alternativa, que o Movimento Pedagógico propõe, confere aos docentes e às docentes um papel fundamental, sem pretender fazer um decálogo de como deve ser a escola, aponta alternativas no plural, não a um pensamento único, uma lógica única, uma certificação única, porque não nos sentimos donos da verdade, mas propomos um sistema educacional que se caracterize por:

- Partir de um projeto de país que se oriente para uma sociedade solidária, justa, democrática, que incentive o desenvolvimento social, econômico e político da sociedade, que afirme a



independência e a soberania de nossos povos. Expressar a transição para esse outro sistema social que devolve aos excluídos e excluídas um lugar de dignidade nas múltiplas dimensões da pessoa humana, bem como o protagonismo social, e que repõe uma forte presença do Estado e do setor público como protagonistas, em lugar de ter as regras do jogo definidas pelo mercado e empresários.

- Partir da realidade concreta e ser fruto de uma observação histórica que considera nossas origens e nossas raízes ancestrais, nossa miscigenação racial e, portanto, a diferença e a diversidade, e promove a igualdade, a justiça social e a consciência social.
- Partir de que a educação deve ser garantida pelo Estado como um direito inegociável, irrenunciável, indelegável e impostergável, e deve ser pública, gratuita, obrigatória, universal, emancipadora, crítica, democrática, inclusiva, multiétnica, pluricultural, intercultural, laica, solidária, coletiva, de qualidade e com perspectiva de gênero.
- Reconceitualizar a relação entre o político e o pedagógico para recuperar

a tradição da escola pública como o melhor instrumento para sair da crise, para garantir os direitos sociais e garantir a educação de nossas crianças e jovens. Mas também como a possibilidade de ter uma educação não elitista nem classista, a presença de professores e professoras com alegria de ensinar, de sentir que estamos mudando o mundo, que podemos nos apaixonar por um futuro. Recuperar a educação pública não só a partir da gratuidade da educação, mas também da igualdade de oportunidades para fechar as feridas sociais e para que sejamos atores sociais de mudança, não executores e executoras de reformas.

- Entender a educação como:
 - um processo que se desenvolve ao longo da vida e é para a vida e não só para o trabalho.
 - um processo de formação integral (arte, educação física, valores etc.) para formar cidadãos e cidadãs com capacidade de análise, de crítica e de proposta e de desenvolvimento de capacidades e potencialidades
 - um processo permanente, base do conhecimento popular e práti-



ca contra-hegemônica, capaz de identificar silêncios e ignorâncias, articular experiências e culturas e relacionar formas de opressão na construção da resistência

- um processo articulado que supere a fragmentação atual
- um processo de dignificação orientado para a formação de pessoas responsáveis, com um sentido do humano que as leve a participar e a socializar com seus semelhantes. Uma educação onde sejam transmitidos não só conhecimentos, mas que construa cidadãos livres, críticos, participativos, construtores de sociedades mais justas, equitativas e solidárias.
- um processo de construção de uma cidadania planetária
- um processo para a vida e para o trabalho onde as feridas sociais sejam fechadas.
- Gerar espaços para que os docentes e as docentes e a comunidade edu-

cacional participem da formulação e definição das políticas educacionais.

- Atender às necessidades dos alunos e alunas, tanto econômicas como sociais e outras, para conquistar não só o acesso ao sistema educacional mas também a permanência nele.
- Elaborar um novo modelo pedagógico que:
 - contemple múltiplas subjetividades, recupere a dimensão de identidade da América Latina, desconstrua, construa e reconstrua categorias políticas e espaços de participação e colaboração institucionais efetivos e plurais;
 - fomente a capacidade de pensar e o desenvolvimento das potencialidades de cada menina, cada menino e cada jovem;
 - tenha como ponto de referência a experiência do sujeito;
 - que não oculte nenhum conhecimento, nenhuma memória.



3.3 Debates pendentes

Há alguns debates que estão propostos e que exigem aprofundamento, em relação à política educacional: um deles é sobre o uso do termo “qualidade educativa” e o outro é sobre a educação especial ou a política de inclusão e um terceiro é sobre o papel dos centros educacionais na dominação ideológica.

Foram propostas pelo menos duas posições em relação ao uso do termo qualidade para referir-se ao sistema educacional. Uma posição defende a reconceitualização do termo qualidade e considera que não é uma palavra deles (os neoliberais) mas sim nossa, já que somos os que vemos crianças que chegam com deficiências e estamos com esses meninos e meninas o ano inteiro. Considera que a qualidade deve ser socialmente referenciada e destinada a nós, deve valorizar-se localizando o contexto e, por último, que não existe qualidade sem igualdade. Com tantos conceitos com tensões e controvérsias, é necessário resolver antes algumas questões fundamentais: Como entendemos

a educação, como um direito ou como uma mercadoria? Quais são as finalidades e o sentido da educação? Que tipo de sociedades queremos construir? Que tipo de seres humanos queremos ajudar a formar? Não se pode vincular a qualidade à quantidade. O conceito de qualidade como quantidade termina quantificando universal e homogeneamente, de acordo com indicadores predeterminados, de maneira externa ao processo e à realidade que está sendo avaliada. Se a qualidade faz referência às propriedades de uma coisa, enquanto a educação seja concebida como um bem ou um serviço, essas propriedades vão ser definidas em termos de necessidades que, em nossas sociedades, são determinadas pelo mercado. Se a educação, por sua vez, é concebida como um direito, a qualidade estará determinada pela capacidade que essas propriedades demonstrem ter para garantir o direito à educação.

Além disso, a qualidade exige o atendimento a condições tanto de alunos como de professores e professoras. Não existe



qualidade sem gratuidade e sem considerar a satisfação das necessidades de nutrição, saúde, transporte, materiais etc. dos alunos e alunas. Tampouco existe qualidade sem levar em conta as condições de trabalho, a formação profissional e contínua, a extensão da jornada e as possibilidades de distribuição do tempo dos professores e professoras.

Outra posição considera que o uso do termo de qualidade para referir-se à educação é próprio do neoliberalismo e de considerar a educação como qualquer outra mercadoria, cuja produção deve ser medida a partir de termos empresariais como: rendimento, produtividade, satisfação do cliente, competência, efi-

ciência, eficácia, prestação de contas. Seu uso tem várias armadilhas porque a transformação da educação em um sistema mercantil é considerada natural; supõe que um cliente (pais e mães) se comporta racionalmente e lhe confere um papel decisivo no processo educacional; mede a educação a partir de padrões supostamente “objetivos” que estabelecem “rankings” (como nos torneios esportivos) para um mercado competitivo em que as escolas se enfrentam por produtividade e rendimento; os estabelecimentos vendem uma marca educacional e a conquista da empregabilidade; impõe um discurso moralista, autoritário que acusa as instituições e os sujeitos de responsáveis pelo desempenho, e não



Se a educação, por sua vez, é concebida como um direito, a qualidade estará determinada pela capacidade que suas propriedades demonstrem ter para garantir o direito à educação.



o sistema; supõe que a tecnologia pode resolver problemas estruturais; oculta os problemas de financiamento porque serve para poupar, ao aumentar o número de alunos por escola, diminuir o número de professores e professoras e se baseia na lógica de menos investimento e mais resultados, que levou ao sucateamento e à precarização das escolas públicas, bem como à flexibilização no trabalho. Esta postura propõe falar de educação digna para reivindicar a educação integral para a vida e não só para o trabalho, promover a solidariedade, priorizar o ser sobre o ter e reivindicar a sensibilidade e a autonomia dos seres humanos.

Sobre a educação especial ou a política de inclusão, considera-se, por um lado, que a política de inclusão é necessária

porque não permanecer isolado e poder relacionar-se com o restante da sociedade é um direito de quem tem situações especiais. Por outro lado, constata-se que a política de inclusão é uma maneira de não ter políticas especiais para populações especiais, assim como também não queremos ter docentes especializados em educação infantil, esportes ou artes.

Sobre o papel da escola, tem sido dito que os centros educacionais desempenham um papel e não vão transformar a sociedade, já que fazem parte do aparato ideológico do Estado. Por outro lado, considera-se que os centros educacionais são espaços de transformação social e devem ser concebidos e aproveitados como tal.

4 O currículo no movimento pedagógico

"Quando falamos de uma boa educação, falamos de apropriação e construção de conhecimento das distintas áreas curriculares, incorporando práticas que envolvam formação integral em direitos humanos e cidadania, conhecimento da história recente, leitura crítica dos meios de comunicação, uso das tecnologias da informação e da comunicação, educação ambiental, educação sexual, multiculturalidade, integração regional etc." **Stella Maldonado**

4.1 O currículo no neoliberalismo

4.2 O currículo alternativo como instrumento de oposição ao neoliberalismo

4.3 Aspectos relevantes que se deve levar em conta na construção do currículo

4.1 O currículo no neoliberalismo

- O currículo é um instrumento de manipulação ideológica e política. Ele está associado ao poder e, em vários países, é o instrumento com que os governos impõem uma educação que serve aos interesses das classes dominantes. Da construção à execução, está orientada pelos órgãos multilaterais e, para isso, formam os chamados grupos de “especialistas” que assumem os projetos que vão impor.
- O currículo serviu como mecanismo para a introdução de novos paradigmas que fazem com que sejam aceitos como os únicos válidos. Assim temos a ideia de que é superior: o “privado” sobre o público, “o competitivo do livre mercado” sobre o planejado ou regulado pelo Estado, “as capacidades cognitivas” sobre as demais capacidades da pessoa, “o utilitário da matemática” sobre os fatores do raciocínio criativo etc.
- O currículo como instrumento de formação de mão de obra barata. É usado para formar alunos de acordo com as necessidades da economia global. A escola só forma os alunos e alunas para determinadas funções; os conhecimentos ministrados estão orientados apenas para obter um simples posto de trabalho, isto é, seres humanos funcionais apenas para determinadas tarefas. O currículo imposto em alguns países entra em disputa com os interesses desses países, toda vez que respondem a interesses de órgãos multilaterais e não aos in-



El **currículo ha servido como mecanismo** para la introducción de nuevos paradigmas que tratan de que sean aceptados como los únicos válidos.



teresses dos alunos e dos povos. Por exemplo, o currículo de reconhecimento (caso colombiano) tem o objetivo de formar um exército de mão de obra barata, onde as TICS (Tecnologias de Informação e Comunicação) substituem ao docente e à docente. É um currículo que nega a pedagogia, o conhecimento, que arrasa a identidade cultural para dar lugar à invasão e ao domínio do pensamento.

- Em vários países, o currículo está totalmente desvinculado do desenvolvimento nacional e orientado pelo pragmatismo filosófico que o transfor-

ma em um instrumento tecnocrático, desvinculado da ciência e do contexto latino-americano.

- O currículo é usado para preparar alunos e alunas para provas padronizadas, de acordo com o conceito de qualidade do neoliberalismo. Pretende-se que os(as) que obtêm uma boa qualificação em uma prova internacional já alcançaram níveis de qualidade, ou que os(as) que superam uma prova padronizada estão mais capacitados(as) para os postos de trabalho.



En muchos países, **el currículo está totalmente desligado del desarrollo nacional** y orientado por el pragmatismo filosófico que lo convierte en un instrumento tecnocrático.



4.2 O currículo alternativo como instrumento de oposição ao neoliberalismo

Todos e todas conhecemos a existência do currículo explícito bem como do currículo oculto, mas as políticas neoliberais nos fazem falar do oculto do currículo, o que significa quanto da política pública é decisiva para determinações curriculares e/ou para o desenvolvimento do currículo na sala de aula (prova padronizada, provas de competências para os docentes e as docentes, concorrência entre escolas, entre docentes e “ranking” de escolas).

O Movimento Pedagógico levanta uma proposta de currículos alternativos aos currículos oficiais. Cada educador e educadora deve entender o conceito de currículo que deve adotar. Para elaborar esse currículo alternativo, são necessárias algumas questões básicas como condição, questões que foram bandeiras de luta da IEAL, como: construir centros educacionais democráticos, fazer com que a educação seja um direito fundamental, conquistar uma educação onde sejam garantidos os direitos humanos e o sentido de pertinência dos alunos e alunas. Também é necessário compreender que o currículo faz parte de um processo pedagógico contínuo na formação cidadã.

Seus aspectos relevantes serão:

- O currículo deve ser emancipador e transformador. Todo ato educacional é um ato político, e a pedagogia é uma política para a ação, portanto quando implementamos o currículo, estamos fazendo política. Por esse motivo, o currículo deve partir de uma visão pedagógica emancipadora que por sua vez oriente para um projeto político de transformação social. O currículo não é neutro, reproduz, ou melhor, confronta o sistema econômico, sociocultural e político e abriga em seu interior os cenários para sua transformação.
- O currículo deve estar ligado à formação docente. A construção do currículo deve levar em conta também a formação – inicial e contínua – do magistério e não só dos meninos e meninas, para superar a atual situação de atraso e estancamento da profissão, revisando propostas importantes “sobre a formação do ser humano” a que chegaram pesquisadores e pesquisadoras destacados(as), bem como as recomendações da UNESCO sobre a situação dos docentes e das docentes.
- Ser construído partindo da experiên-



cia. Para enfrentar o currículo neoliberal, a proposta alternativa deve provir de uma construção coletiva, onde sejam envolvidos(as) os alunos e as alunas e outros atores vinculados ao processo educacional e a diversidade seja contemplada. Além disso, a construção coletiva deve ser flexível, e em seu processo de aplicação, implementação e desenvolvimento deve ocorrer uma interação social e dialética. Neste sentido, em alguns países, é preocupante a perseguição contra o magistério que não permite construir o currículo a partir da comunidade.

- O currículo deve fazer parte da proposta educacional e pedagógica do Movimento Pedagógico e expressar suas principais orientações e concepções. Deve responder às particularidades do contexto latino-americano e fazer parte de um Projeto Educacional que, como propomos, deve estar inserido em um Plano de Desenvolvimento do País e em um Projeto Nacional de Desenvolvimento. Deve estar inserido na legislação que garanta que a edu-

cação é um direito e não uma mercadoria. Deve provir da organização escolar que permita sua construção coletiva: espaço, tempo e condições de trabalho. Deve considerar a estrutura de um plano de estudos que busque a melhor consistência de integração curricular.

- Estar ligado à realidade política, econômica e social. O currículo deve ser construído tendo em mente tanto o cenário econômico, político e social, como ser encaminhado para motivar as novas gerações a criar avanços na fronteira da ciência, motivando a criatividade e o conhecimento do ambiente.

- Não é possível falar de um currículo único, mas sim de um currículo unitário. A grande tarefa do Movimento Pedagógico é tornar realidade um Marco Curricular Unitário que oriente a construção do currículo em toda a região, indicando os fundamentos e as concepções a levar em conta de acordo com a rica diversidade latino-americana.



4.3 Aspectos relevantes que se deve levar em conta na construção do currículo

Deve-se continuar o debate sobre os seguintes temas:

- Os sentidos políticos-ideológicos que orientam o currículo. Os fundamentos necessários para a construção do currículo estão relacionados ao epistemológico e filosófico, para posicionar bem conceitos tais como educação, aprendizagem, conhecimentos, coletando as propostas de pesquisadores e pesquisadoras destacados(as) em assuntos educacionais.
- A relação entre o currículo e a política. Necessitamos de um currículo para a vida, a pátria, a solidariedade e a transformação latino-americanas, que contribua com a liberação e a unificação dos povos, levar em conta a distribuição democrática da riqueza, que também significa distribuição do conhecimento. Apropriar-se da ideia de que todos podemos construir conhecimentos, isso deve ser um desafio para transformar o currículo em um verdadeiro instrumento libertador.
- O desenvolvimento dos meninos e das meninas, mais além do que propõem os especialistas e as especialistas, de tal modo que o currículo atenda às

necessidades desses novos sujeitos de direito, a apropriação do conhecimento e a forma de construir a aprendizagem.

- O vínculo do currículo aos paradigmas dos direitos humanos e da incorporação da perspectiva de gênero. Dessa maneira será possível visibilizar os elementos de poder que submetem os coletivos oprimidos, que se manifestam com uma variada classe de discriminação como: o classismo, racismo e sexismo. O currículo deve motivar reflexões e propostas em torno da necessidade de uma mudança cultural a respeito das relações de gênero na escola, influir na melhoria do clima de convivência e projetar-se à comunidade educativa por meio da educação com perspectiva de gênero. Isso inclui a linguagem, que não é neutra e deve ser inclusiva e integradora em todo o sentido (linguagem não sexista).
- A consideração sobre a realidade dos povos que sofrem toda a classe de violência e exclusão. O currículo e a escola devem ajudar a recuperar a parte humana da cidadania. Planejarmos para humanizar o humano, roubado pelo capitalismo e a violência.

5 **Qualidade da avaliação, condições, fatores, currículo e avaliação**

"A diferença é um direito e a desigualdade é um crime."
Carlos Augusto Abicalil

5.1 O conceito de avaliação no neoliberalismo

5.2 Elementos para um conceito alternativo de qualidade da avaliação

5.3 Projeções em relação à avaliação

5.4 Debates pendentes

5.1 O conceito de avaliação no neoliberalismo

O modelo neoliberal instala, nos anos noventa, uma ideia de qualidade que impõe um sistema homogêneo e punitivo de avaliação definida segundo a lógica do mercado. Os órgãos multilaterais de crédito (banqueiros) incentivam uma visão que vincula a qualidade à eficiência do gasto e dirige a avaliação à consideração do uso dos recursos. Da mesma forma, a imposição das competências em educação provém da lógica empresarial. É constituído um mercado educacional e produzida uma “macdonalização educacional”, especialmente no âmbito universitário: uma educação rápida e ao gosto do cliente, adaptada à demanda do mercado.

A educação neoliberal, além disso, reforça a divisão classista: uma educação para as elites, outra para fornecimento de mão de obra ao mercado. Os governos subsidiam a educação privada, que mantém condições de acesso restrito, embora o sistema público permaneça aberto a todos e todas, mas com graves carências de investimento em infraestrutura, materiais, refeitórios escolares, bolsas de estudo, salários dos professores, con-

dições desfavoráveis que significam sérios obstáculos no processo educacional, cujas verdadeiras causas não costumam ser discutidas.

Neste âmbito, a avaliação dirigida aos docentes e às docentes permite encontrar um bode expiatório, salvando as políticas. São colocados os problemas do sistema em termos de responsabilidades individuais. Isso supõe um conceito de qualidade que a entende apenas como resultado final. Os exames padronizados acabam substituindo o currículo: trabalha-se para passar no exame; a avaliação determina tudo, é colocada no início do processo e se transforma em um mecanismo de controle do que fazem os docentes e as docentes, com frequência interiorizado em seu comportamento.

Os professores e professoras perdem autonomia e criatividade. São transformados em executores e executoras de procedimentos determinados por outros. Além disso, a própria avaliação se transforma em um negócio, especialmente no âmbito universitário.

Nos diversos cenários nacionais propostos (Argentina, Nicarágua, Co-



lômbia, Equador, Espanha) viu-se a necessidade comum de submeter à crítica o conceito de avaliação instalado pelo neoliberalismo e de elaborar uma concepção integral alternativa. Inclusive nos países onde as políticas de governo abandonaram, em termos gerais, a orientação neoliberal imperante na região, nos anos noventa, as concepções neoliberais ainda mantêm certa influência e continuam

determinando muitas decisões nesse âmbito, gerando inconsistências importantes nas políticas nacionais. Nesses casos, é necessário determinar em que aspectos pode-se falar de rupturas e em que outros aspectos são mantidas continuidades com o modelo anterior. Por isso é necessário desmontar teórica e ideologicamente a categoria de avaliação (associada à qualidade).



Os exames padronizados acabam substituindo o currículo: trabalha-se para passar no exame; a avaliação determina tudo, é colocada no início do processo e se transforma em um mecanismo de controle do que fazem os docentes e as docentes, com frequência interiorizado em seu comportamento.



5.2 Elementos para um conceito alternativo de qualidade da avaliação

A avaliação deve ser contextualizada. É preciso levar em conta a historicidade da categoria de qualidade, que apontamos acima. A realidade dos diversos contextos deve ser considerada. A qualidade, tanto da educação como da avaliação, deve ser discutida em termos políticos.

A avaliação apoiada pelos sindicatos é contextualizada, questiona as condições em que se desenvolve o processo educacional e tem o objetivo de dar respostas e qualificá-lo.

A avaliação deve ser integral, realizada a partir da escola, com os trabalhadores e as trabalhadoras e a comunidade. A avaliação é importante na medida em que não seja um instrumento

externo aplicado sobre a escola. A integralidade da avaliação supõe que esta deve responder às condições específicas de cada âmbito, por isso esta condição não pode ser satisfeita com as provas padronizadas. E deve ser avaliação de todo o sistema, das políticas primeiro e, somente no final, dos últimos elos. Que a avaliação seja sistêmica exige, ainda, um esforço de articulação dos vários níveis do sistema. Neste sentido, uma avaliação concebida desse modo pode contribuir com a constituição do próprio sistema sobre um fundamento democrático e participativo. Não existe possibilidade de que a qualidade educacional se transforme em um projeto democrático e emancipador sem a participação



A avaliação apoiada pelos sindicatos é contextualizada, questiona as condições em que se desenvolve o processo educacional e tem o objetivo de dar respostas e qualificá-lo.



dos trabalhadores e da comunidade na construção da avaliação. A avaliação de qualidade em função de assegurar o direito à educação requer a democratização do sistema.

A avaliação deve ser entendida como um processo de formação, onde é ponderado o processo educacional qualitativamente e não por meio de provas padronizadas nem com indicadores definidos a partir do sistema.

Antes de definir o que vamos avaliar, é necessário decidir o que vamos en-

sinar. A democratização da educação não significa simplesmente colocar o conhecimento ao alcance de todos e todas, mas sim discutir o que queremos aprender/ensinar e, conseqüentemente, em atenção a isso, o que avaliamos.

Os resultados da avaliação não podem afetar o salário nem se constituírem em modo de controle nem se desviarem para a elaboração de "rankings".



A avaliação deve ser entendida como um processo de formação, onde é ponderado o processo educacional qualitativamente e não por meio de provas padronizadas nem com indicadores definidos a partir do sistema.



5.3 Projeções em relação à avaliação

É um desafio, para o Movimento Pedagógico Latino-americano, pensar em sistemas de avaliação que permitam avançar na construção de uma pedagogia crítica. A organização sindical tem um papel fundamental organizando esse movimento, e seu papel exige não separar a luta reivindicativa da luta pelo conhecimento. Devemos deixar de ser repetidores do conhecimento construídos pelos outros e, além disso, devemos conceber o conhecimento não como mercadoria, mas sim como solidariedade, como produtor de associação, cooperação, encontro, que supõe reciprocidade entre iguais.

É necessário construir um sistema de pesquisa avaliativa ou avaliação investigativa. Uma avaliação que nos permita conhecer melhor o sistema sobre o qual queremos atuar.

Devemos pensar os sistemas de avaliação interligados com a pesquisa. A avaliação é um sistema de perguntas e respostas. Os educadores e educadoras devem participar na construção da pergunta, não ser simples fontes de dados.

A avaliação deve possibilitar que atue-

mos para melhorar. Colocar em relação metas propostas com meios. Saber o que estamos fazendo bem e o que estamos fazendo mal, como comunidade educacional, para poder intervir. Não deve ser um ponto final, mas sim possibilitar que possamos nos corrigir. Deve ser integral, participativa e formativa, não punitiva nem meritocrática. Deve ter o professor e a professora como centro de ação, não como objeto. Deve ser formativa, não punitiva. Deve construir o educador e a educadora. Isto supõe a redefinição da posição do docente e da docente e de suas condições de trabalho. Os profissionais e as profissionais da educação não podem desempenhar este papel ativo se não contarem com o reconhecimento de que ele faz parte de seu tempo de trabalho.

Esta ideia do sistema de avaliação está associada à necessidade da formação permanente e em exercício para os docentes e as docentes.

Propomos falar de formação permanente, não contínua, porque não é um processo linear e acessório, mas sim uma dimensão estrutural e constitutiva do trabalho docente. E propomos fa-



lar de formação em exercício, não em serviço, porque a educação não é um serviço mas sim um direito, e os direitos são exercidos, e devemos exercê-los enquanto trabalhamos.

A formação deve estar vinculada às necessidades reais que a comunidade educacional deve definir.

A construção de um sistema de avaliação alternativo requer que participemos da construção de indicadores, que precisam ser considerados em vários níveis:

Indicadores que avaliem em qual medida os estados cumprem a garantia do direito à educação, em que medida as políticas são eficazes etc.

• Indicadores que respeitem a especificidade dos vários níveis e as diversas modalidades educacionais. • Indicadores

que façam referência ao cotidiano da vida escolar.

• Indicadores que permitam avaliar a avaliação. Os sistemas de avaliação precisam ser revisados cada vez que produzirem resultados. É preciso examinar se o sistema de avaliação está contribuindo com a

construção de um projeto nacional e com os demais objetivos que propomos.

Os indicadores alternativos não poderiam ser quantitativos. Seguramente se apoiariam na medida, mas sem ser reduzidos a uma série de dados quantitativos. Trata-se de verificação e não de medida. Esta avaliação da qualidade, assim entendida, inclui como um elemento importante a verificação de tendências não mensuráveis, a comprovação de processos em curso.



Propomos falar de **formação permanente, não contínua**, porque não é um processo linear e acessório, mas sim uma dimensão estrutural e constitutiva do trabalho docente.



5.4 Debates pendentos

Os resultados da avaliação devem servir à construção de um projeto nacional. É a ideia de um projeto nacional que outorga seu lugar à educação e é a referência para a construção das políticas educacionais gerais, bem como as de cada subsistema. No entanto, haveria certa tensão em relação à ênfase na autonomia sobre a participação dos centros educacionais

nesta construção. Ou seja: reclamamos nosso direito de ser protagonistas em um debate democrático sobre a política educacional ou exigimos a exclusividade nessa definição? Comprometemo-nos na construção de um Estado democrático-popular ou delimitamos espaços de autonomia ao interior dos (ou frente aos) Estados tal e como são?

6 **Formação e valorização das trabalhadoras e trabalhadores da educação**

"A prática educacional é o processo concreto, não como fato consumado, mas sim como movimento dinâmico no qual tanto a teoria quanto a prática se fazem e refazem em si mesmas." **Paulo Freire**

- 6.1 O conceito neoliberal do trabalhador docente e da trabalhadora docente**
- 6.2 A formação de recursos humanos dos centros educacionais em uma pedagogia alternativa**
- 6.3 Valorização do trabalho docente na pedagogia alternativa**
- 6.4 Os sindicatos na formação e valorização docente**

6.1 O conceito neoliberal do trabalhador docente e da trabalhadora docente

O neoliberalismo esteve centrado no desenvolvimento da comercialização da educação, conceituando-a e aos trabalhadores e trabalhadoras da educação com critérios empresariais. O magistério é entendido como funcionário, não como sujeito do processo educacional, mas sim como aplicador de políticas estabelecidas pelo sistema mediado por uma política de submissão. No entanto, no momento de valorizar o desempenho nos centros educacionais, os professores e professoras são responsabilizados pelos resultados sem levar em conta as condições em que eles e elas trabalham.

As políticas neoliberais desconhecem a heterogeneidade das práticas docentes e da situação dos centros educacionais não só como local de trabalho mas também de aprendizagem e geração de conhecimento.

Nos programas do neoliberalismo os docentes e as docentes são desvalo-

rizados. Foi assumida a ideia de que qualquer pessoa, não importa sua formação, pode trabalhar como professor ou professora, já que o trabalho intelectual foi reduzido, e o importante não é a pessoa, que poderia ser substituída por vídeos, discos compactos, livros e outros, de modo que todos e todas pudessem trabalhar igual sem importar as diferenças do país. A carreira foi desprofissionalizada, os profissionais foram eliminados em diversos níveis, foram impostos conteúdos e currículos, adotados sistemas de avaliação de docentes, alunos e instituições educacionais.

Além disso, foram eliminados direitos sindicais, com o que também os docentes e as docentes foram golpeados, foram criminalizados os movimentos e os sujeitos e o Estado não se reconhece como garantidor dos direitos nem tampouco reconhece a legitimidade dos sujeitos para exigir seus direitos.



As políticas neoliberais desconhecem **a heterogeneidade das práticas docentes** e da situação dos centros educacionais



6.2 A formação de recursos humanos dos centros educacionais em uma pedagogia alternativa

Em uma pedagogia alternativa, a formação dos profissionais da educação deve ter as seguintes características:

- Fazer parte de uma política pública. A formação docente deve ser inserida em um modelo educacional alternativo que questione as políticas públicas existentes e deve ser garantida e financiada pelo Estado.

- Deve ser orientada à construção de democracia, de liberdade e de felicidade do ser humano. Isso significa potencializar a capacidade do professor ou da professora para analisar o ambiente e transmitir aos alunos e alunas que se pode acreditar na democracia para construir outra sociedade. Também significa direcionar os centros educacionais à democratização, vinculando à comunidade educacional, considerando as realidades nacionais e pautar os tempos para atingir as metas, de modo que não corramos no mesmo ritmo, mas sim caminhemos no mesmo passo. Além disso, construir ou estabelecer direitos mínimos que não sejam questionados ou arrebatados pelas políticas de governo, orientar e formar nos direitos fundamentais dos

meninos e meninas, adolescentes e jovens, desenvolvendo práticas e liberdades docentes para fortalecer a cidadania e também voltar-se à conquista dos direitos políticos e, dessa maneira, continuar avançando. Compreender que o conhecimento implica em relações de poder e, por isso, a formação deve ser uma disputa ideológica.

- Ser concebida como formação profissional, com as seguintes características:

- Envolver toda a equipe dos centros educacionais, não apenas os docentes e as docentes, e considerar essa equipe como sujeitos políticos, éticos e pedagógicos para as transformações educacionais.

- Ser contínua, possibilitar a elevação da qualidade da formação inicial e direcionar a elevação tanto do nível de conhecimento como do nível salarial dos docentes e das docentes.

- Reconhecer que “se aprende a ensinar ensinando” e partir da prática da escola e de uma reflexão crítica sobre ela, como uma fonte de



aprendizagem e aperfeiçoamento contínuos da docência e dos mesmos educadores e educadoras.

- Ir mais além do ambiente escolar, vinculando-o ao social e o político.

- Levar à formação de professores e professoras de modo dinâmico, crítico e humanista, para que contribuam com a geração de transformações nos centros educacionais.

- Considerar a diversidade étnica, os povos originais e afrodescendentes na formação contínua.

- Fazer com que os docentes e as docentes conheçam as características sociais e culturais do ambiente do centro educacional para

contextualizar o currículo e torná-lo pertinente.

- Ser articulada com a pesquisa educacional, não como um objetivo em si mesmo mas, sim, como uma estratégia para conquistar um propósito maior: a profissionalização das educadoras e dos educadores (formação permanente), a construção de um sistema escolar onde as educandas e educandos recuperem o sentido e a alegria de aprender, descubram e desenvolvam seus talentos e capacidades, aprendam conhecimentos, habilidades, valores e atitudes essenciais para seu desenvolvimento humano. Um sistema escolar onde os educadores recuperem o sentido e a alegria de ensinar, continuem



aprendendo em si mesmos e, junto a seus alunos e alunas, tenham a oportunidade de realizar-se profissionalmente, um sistema escolar capaz de preparar educadores e educandos para o exercício pleno da cidadania, defendendo e construindo uma sociedade mais justa e mais solidária.

- Ser articulada com a reforma curricular do sistema escolar, mas que as mudanças em ambos os espaços estejam em sintonia.
- Orientar aos docentes e às docentes para que conheçam em profundidade o currículo de tal forma que lhes permita descobrir a amplitude e a variedade de suas possibilidades para que o possam interpretar adequadamente e aplicá-lo à realidade do centro educacional e dos alunos.
- Permitir a participação ativa das educadoras e dos educadores no

processo de formulação de políticas, planos e programas de formação docente.

- Levar em conta os nós críticos na formação inicial, tais como: baixo nível dos ingressantes e das ingressantes, programas frágeis, regulação insuficiente, tensão entre a lógica escolarizante e a lógica acadêmica, padronização da avaliação de saída, formação de profissionais não docentes.
- Levar em conta os nós críticos na formação contínua, tais como: a escassa relevância e articulação, o baixo impacto das ações realizadas, o desconhecimento da heterogeneidade docente, a ampliação desregulada, a pouca consideração à realidade das escolas e à aprendizagem coletiva, a regulação e pertinência das pós-graduações.



6.3 Valorização do trabalho docente na pedagogia alternativa

A valorização do trabalho docente passa por compreender que os docentes e as docentes são a parte mais importante da educação e são os verdadeiros líderes sociais que devem ter os países que se prezam. Por isso devem ter um bom salário e boas condições de trabalho.

A valorização deve visar à organização do trabalho docente, assumir o trabalho de forma integral, a partir da lógica dos trabalhadores e trabalhadoras, e sem renunciar à interação com tarefas relacionadas às tarefas educacionais. Mais que o valor de salários e carreiras, é fundamental o encantamento, que quem ensina seja porque gosta e que o que ensina seja o que mais gosta. Isso tudo requer condições para o trabalho educacional, assim como bons salários e oportunidades de desenvolvimento profissional. É preciso estar na carreira sem medo de ser feliz.

O Movimento Pedagógico concebe o mestre e a mestra como intelectuais orgânicos, não como operários e operárias do currículo. Incorpora a noção de trabalhador(a) da cultura – no que depende de relações contratuais com o Estado – porque dialoga com a cultu-

ra, comunidades, estudantes, e interage com eles.

A valorização docente passa pela criação de uma carreira docente atrativa, que gere expectativas de alta realização pessoal e de retribuição digna, que atraia candidatos e candidatas com as melhores condições. Para fazê-lo, é necessário levar em conta barreiras como estas: as dificuldades para atrair e manter bons docentes e boas docentes, o desconhecimento das fases da docência, a dissociação entre a carreira e o desenvolvimento profissional, a ausência de regras claras e a transparência em relação aos incentivos financeiros e as tensões no professorado, a necessidade de fazer pactos para avaliar o desempenho.

Além disso, a valorização está vinculada à avaliação e, portanto, devemos considerar as campanhas dos meios de comunicação em torno da formação docente, levando em conta que o Movimento Pedagógico terá que disputar o ideológico e exigir a responsabilidade e a regulamentação do Estado.

Os parâmetros de avaliação devem ser definidos de modo claro e preciso.



6.4 Debates pendentes

a

A pedagogia alternativa deve considerar o papel dos sindicatos na transformação da pedagogia, currículo e planos de educação. Nós, os sindicatos, de nossa parte, devemos ser dinâmicos e não artificiais, e devemos construir processos de unidade para atingir o mesmo objetivo educacional, posto que não se pode defender a carreira docente sem sindicatos fortes.

A pedagogia alternativa reconhece a negociação coletiva como instrumento de debate para as condições de trabalho, salariais e de condição das trabalhadoras e trabalhadores. Entretanto, não substitui o sindicato na tarefa educacional mas, sim, o complementa para fortalecer a ambos.



MEMÓRIA

de um processo de
debate, reflexão e
elaboração coletiva

Primeiro encontro: Até um movimento pedagógico latino-americano

Declaração de Bogotá



O Comitê Regional da Internacional da Educação para a América Latina e as organizações participantes, no Primeiro Encontro: Rumo a um movimento pedagógico latino-americano, reunidas em Bogotá, Colômbia, do dia 5 a 7 de dezembro de 2011, declaramos:

Nossos povos latino-americanos travaram, durante duas décadas, importantes lutas, que enfrentaram tanto as ditaduras militares como os governos de origem democrática a serviço das oligarquias e do imperialismo.

Na década de noventa, foi aprofundada a ação na resistência às políticas neoliberais que as democracias condicionadas pelo Consenso de Wa-

shington aplicaram de modo selvagem em nossas sociedades, gerando desemprego, fome, exclusão social e educacional.

Essas lutas deram origem a uma nova etapa histórica na América Latina, onde um número significativo de governos democráticos e populares começou a desconstruir o caminho do neoliberalismo, tomando distância do Consenso de Washington, em processos não lineares nem isentos de contradições.

Foi iniciado um novo tempo, caracterizado pela recuperação do papel do Estado como regulador da economia, com um claro sentido social, que permite a ampliação de direitos de cidadania e restituição da soberania

nacional, em vários países de nossa América.

Em outros países, que ainda se encontram submetidos às regras neoliberais, esses avanços constituíram-se em referências políticas e sociais que potencializam a luta libertadora e democrática dos povos que ainda lutam por alcançar sua independência e a construção de governos que assumam as demandas sociais e que não estejam a serviço das transnacionais.

A rejeição à ALCA em Mar del Plata, Argentina, em 2005, significou um ponto de inflexão a partir do qual foi possível a criação, o avanço e a consolidação de formas organizativas de integração regional, tais como Mercosul, ALBA, UNASUL e agora a CELAC como marco de coordenação de políticas econômicas, sociais, culturais e de defesa. Essa integração regional da América Latina tem um claro traço anti-imperialista.

Neste contexto, as lutas de resistência de professores e alunos ao modelo educacional neoliberal construíram simultaneamente propostas alternativas que conseguiram incorporar nas políticas públicas. Isso explica por que, em vários de nossos países, foram registrados importantes avanços normativos, em termos de financiamento e responsabilização dos Estados nacionais, melhoria dos salários e condições de trabalho das trabalhadoras e trabalhadores da educação e

ampliação do direito à educação para amplos setores sociais, até então excluídos.

Não obstante, ainda restam fortes relictos do modelo educacional neoliberal na América Latina e no Caribe. Mas também cabe ressaltar que ainda coexistem nas políticas de alguns governos populares e democráticos, continuidades e rupturas com os modelos educacionais impostos pelos órgãos internacionais de crédito.

É por isso que, com o profundo conhecimento dos sistemas educacionais, da escola e dos problemas que nos desafiam nesta etapa, nós, as organizações que representam as trabalhadoras e trabalhadores em educação, assumimos o compromisso de colocar em ação um movimento pedagógico latino-americano que dê direção político-pedagógica às mudanças educacionais que se produzem na região, das quais somos protagonistas, e potencialize a construção de uma proposta alternativa nos países ainda ancorados na política educacional neoliberal.

Este movimento, chamado a recuperar as melhores contribuições da pedagogia mundial e o acervo latino-americano, que vai de Simón Rodríguez a Paulo Freire, deve, simultaneamente, interpelar as políticas públicas e as trabalhadoras e trabalhadores em educação, em suas práticas cotidianas.



As **lutas de resistência de professores** e alunos ao modelo educacional neoliberal construíram simultaneamente propostas alternativas que conseguiram incorporar nas políticas públicas.



Alguns eixos norteadores deste movimento pedagógico devem ser:

- A integração regional com um sentido anti-imperialista.
- A multiculturalidade e o respeito à diversidade.
- A articulação das escolas com as organizações de bairro. A escola como centro cívico cultural e do bairro.
- Uma prática pedagógica e didática que se baseie na construção crítica e democrática do conhecimento profundamente enraizado na identidade e realidade latino-americana e caribenha. Condições para que seja possível o trabalho docente coletivo e interdisciplinar, recuperando o controle das trabalhadoras e trabalhadores sobre o processo educacional.
- A avaliação dos processos educacionais, concebida de maneira integral, institucional, participativa, sistemática, formadora, diagnóstica e não punitiva.

Em função destas considerações e entendendo o movimento pedagógico latino-americano como um processo democrático e em construção onde se possa expressar a diversidade de olhares e as particularidades inerentes a cada uma de nossas nações, nos comprometemos neste momento histórico fundamental a:

- Aprofundar a articulação com o movimento estudantil e com todas as organizações comprometidas com a defesa da educação pública como um direito social.
- Realizar durante o ano de 2012 encontros do movimento pedagógico latino-americano em cada país da região.
- Convocar, no segundo semestre de 2013, o Segundo Encontro: rumo a um movimento pedagógico latino-americano.
- Realizar a primeira jornada continental do movimento pedagógico em 19 de setembro de 2012, data do aniversário de Paulo Freire.



Concebemos o movimento pedagógico latino-americano como um processo democrático e em construção onde seja possível expressar a diversidade de olhares e as particularidades inerentes a cada uma de nossas nações.



Programa

Segunda-feira, 5 de dezembro de 2011

- 8h30min-9h30min **Abertura: Instalação da mesa principal.** Falas:
- Senén Niño. Presidente FECODE/Colômbia e Executivo Mundial da Internacional da Educação.
 - David Edwards. Secretário Geral Adjunto da Internacional da Educação.
 - Dra. María Fernanda Campo. Ministra da Educação da República da Colômbia.
 - Dra. Clara López Obregón. Prefeita encarregada de Bogotá.
 - Dr. Ricardo Sánchez. Secretário de Educação do Distrito de Bogotá. Juçara Dutra. Vice-presidente Mundial da Internacional da Educação.
 - Hugo Yasky. Presidente do Comitê Regional da Internacional da Educação, América Latina.
- 9h30min-10h Intervalo
- 10h-10h30min **Recepção das organizações convidadas:**
- MANE Colômbia.
 - Carmen Vieites. Secretária de Relações Internacionais FETE-UGT/Espanha.
 - José Campos. Secretário Geral FECCOO/Espanha e Executivo Mundial da Internacional da Educação.
 - Representante da UEN/Noruega.
 - Representante da Lararforbundet/Suécia.
- 10h30min-12h30min Intervenção de Carlos Augusto Abicalil. Secretário de Educação Especial, Ministério da Educação do Brasil: **Movimento Pedagógico Latino-Americano: da resistência à construção de alternativas pedagógicas populares.**
- 12h30min-14h Almoço.
- 14h-16h **Painel: A política pública educacional.** Falas:
- Dra. María Fernanda Campo, Ministra da Educação da República da Colômbia.
 - Dr. Ricardo Sánchez, Secretário de Educação do Distrito de Bogotá.
 - Senén Niño, Presidente FECODE/Colômbia e Executivo Mundial da Internacional da Educação.
 - Stella Maldonado, Secretária Geral CTERA/Argentina e Executiva Mundial da Internacional da Educação.
 - Moderador: Orlando Pulido.
- 16h-18h **Painel: Características do movimento pedagógico latino-americano.** Falas: Chile, Argentina, Brasil e Colômbia. Moderador: Alfonso Tamayo.
- 18h-19h30min **Ato cultural,** recepção organizada pelo FECODE/Colômbia.

Terça-feira, 6 de dezembro de 2011

- 8h30min-16h Reunião de seis **grupos para trabalhar de acordo com o eixo temático**.
- 16h-18h Reunião de cada equipe de trabalho de acordo com o grupo para preparar documento de síntese.
- 16h-18h Reunião do **Comitê Regional** com outras organizações sociais para articular o movimento pedagógico.

Quarta-feira, 7 de dezembro de 2011

- 8h30min-9h30min **Conferência principal para a plenária** do encontro pedagógico.
- 9h30min-13h Plenária. **Apresentação das conclusões** dos grupos de trabalho e debate.
- 13:00-14:30 Almoço.
- 14h30min-15h **Declaração do Primeiro Encontro: Rumo a um movimento pedagógico latino-americano**
- 15h **Encerramento**. Ato cultural.



Grupos de trabalho

Correspondente à terça-feira, 6 de dezembro

(Por eixo temático e organizações que motivam o trabalho)

Grupo 1: Características do movimento pedagógico latino-americano.

- CPC/Chile.
- CTERA/Argentina.
- ANDE/Costa Rica.
- FECODE/Colômbia.

Coordenação: Eduardo Pereira, CTERA/Argentina. Rosalba Gómez, FECODE/Colômbia e Comitê Regional IEAL. Relatores: Maria Teresa Cabrera. ADP/República Dominicana e Executiva Mundial IE. John Ávila, FECODE/Colômbia.

Grupo 2: Política educacional: educação pública, democracia e justiça social.

- CNTE/Brasil.
- STEG/Guatemala.
- ANDEN/Nicarágua.
- ASPU/Colômbia.
- FECODE/Colômbia.

Coordenação: Brígida Rivera ANDEN/Nicarágua e Vice-presidente do Comitê Regional, IEAL. Rafael Cuello Vice-presidente FECODE/Colômbia. Relatores: Denis Mora ANDE/Costa Rica e Executiva Regional IEAL. Gustavo Suárez FECODE/Colômbia.

Grupo 3: O papel do Estado na garantia do direito social a uma educação pública de qualidade.

- CLADE.
- FECCOO/Espanha.
- ADP/República Dominicana.
- CONADU/Argentina.
- FECODE/Colômbia.

Coordenação: Luis Grubert, FECODE/Colômbia. Relatores: Hamer Villena, SUTEP/Peru e Executivo Regional IEAL. Marcela Palomino, FECODE/Colômbia.

Grupo 4: Qualidade da educação, condições, fatores, currículo e avaliação:

- a. Qualidade da educação e avaliação do processo educacional.
 - b. Organização e democracia escolar.
- CTERA/Argentina.
 - Red Sepa.
 - FETE/Espanha.
 - FECODE/Colômbia.
 - CONTEE/Brasil.

Coordenação: Fátima Silva, CNTE/Brasil e Vice-presidente do Comitê Regional, IEAL. Bertha Rey, FECODE/Colômbia. Relatores: Yamile Socolovsky. CONADU/Argentina. José Fernando Ocampo, FECODE/Colômbia.

Grupo 5: Currículo.

- CPC/Chile.
- CNTE/Brasil.
- SUTEP/Peru.
- FECODE/Colômbia.

Coordenação: Ángel Marín, Presidente FEV/Venezuela. Relatores: Madalena Guasco, Presidente CONTEE/Brasil. Bolneth Reales, FECODE/Colômbia

Grupo 6: Formação e valorização das trabalhadoras e dos trabalhadores em educação.

- Rede Estrado/Brasil.
- CTERA/Argentina.
- CNTE/Brasil.
- Colômbia.

Coordenação: Fabián Felman. CEA/Argentina. Alvaro Morales, FECODE/Colômbia. Relatores: José Antonio Zepeda. ANDEN/Nicarágua. Jairo Arenas FECODE/Colômbia.



Organizações participantes

ARGENTINA

Confederación de Trabajadores de la Educación de la República Argentina (CTERA)
Confederación de Educadores Argentinos (CEA)
Federación Nacional de Docentes Universitarios (CONADU)

BOLIVIA

Confederación Nacional de Maestros de Educación Rural de Bolivia (CONMERB)
Confederación de Trabajadores de Educación Urbana de Bolivia (CTEUB)

BRASIL

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)
Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior (PROIFES)
Confederação Nacional dos Trabalhadores de Estabelecimento de Ensino (CONTEE)

CANADA

Federación de Profesores de Escuela Secundaria de Ontario (OSSTF)
Federación de Trabajadores de Columbia Británica (BCTF)

CHILE

Colegio de Profesores de Chile (CPC)

COLÓMBIA

Federación Colombiana de Educadores (FECODE)
Asociación Sindical de Profesores Universitarios (ASPU)

COSTA RICA

Asociación Nacional de Educadores (ANDE)
Sindicato de Trabajadoras y Trabajadores de la Educación Costarricense (SEC)

CURAÇAO

Sindikato di Trahadó den Edukashon na Kòrsou (SITEK)

ECUADOR

Unión Nacional de Educadores (UNE)

EL SALVADOR

Asociación Nacional de Educadores Salvadoreños (ANDES 21 de Junio),

ESPAÑA

Federación Enseñanza de Comisiones Obreras (FECCOO)
Federación de Trabajadores de Enseñanza de la Unión General de Trabajadores (FETE-UGT)

GUATEMALA

Sindicato de Trabajadores de la Educación de Guatemala (STEG)

HONDURAS

Colegio Profesional "Superación Magisterial" Hondureño (COLPROSUMAH)
Colegio Profesional Unión Magisterial de Honduras (COPRUMH)
Primer Colegio Profesional Hondureño de Maestros (PRICPHMA)

NICARÁGUA

Confederación General Nacional de Trabajadores de la Educación de Nicaragua (CGTEN/ANDEN)
Federación de Profesionales Docentes de la Educación Superior (FEPDES)

NORUEGA

Sindicato de la Educación de Noruega (UEN)

PANAMA

Magisterio Panameño Unido (MPU)

PERU

Sindicato Unitario de Trabajadores de la Educación del Perú (SUTEP)

REPÚBLICA DOMINICANA

Asociación Dominicana de Profesores (ADP)
Asociación Nacional de Profesores y Técnicos de la Educación (ANPROTED)
Federación de Asociaciones de Profesores de la Universidad Autónoma de Santo Domingo (FAPROUASD)

SUECIA

Lararförbundet

URUGUAI

Federación Democrática de Maestros y Funcionarios de Educación Primaria (FEDMYFEP)
Federación Uruguaya del Magisterio – Trabajadores de Educación Primaria (FUM-TEP)

VENEZUELA

Federación de Trabajadores de la Enseñanza y Afines (FETRAENSEÑANZA)
Federación de Educadores de Venezuela (FEV)
Federación Venezolana de Maestros (FVM)

OUTRAS ORGANIZAÇÕES

Campaña Latinoamericana por el Derecho a la Educación (CLADE)
Rede Estrado
Co Desarrollo
Instituto Sindical de Cooperación al Desarrollo (ISCOD)
Red Social para la Educación Pública en las Américas (SEPA)

A Internacional da Educação é uma federação mundial de sindicatos da educação com mais de 30 milhões de pessoas afiliadas em todo o mundo. O Escritório Regional da Internacional da Educação para América Latina desenvolve diferentes projetos e linhas de trabalhos com a participação das organizações afiliadas de mais de 18 países, com objetivo de fortalecer a capacidade de ação, proposta, mobilização e articulação dos sindicatos em defesa da educação pública de qualidade.

O Comitê Regional da Internacional da Educação, América Latina, vem discutindo junto com as entidades afiliadas a necessidade de estimular uma reflexão e um debate encaminhados para elaborar propostas pedagógicas apropriadas. É urgente a proposição de uma pedagogia alternativa em defesa da educação pública, profundamente debilitada e abatida pela implementação de políticas neoliberais na região.

Esta publicação, editada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), é fruto do seminário organizado pelo Comitê Regional da Internacional da Educação para a América Latina (IEAL), realizado em Bogotá, Colômbia, entre os dias 5 e 7 de dezembro de 2011, sob a temática dos rumos da pedagogia latino-americana.

Os textos que se seguem contêm significativos registros da luta sindical na América Latina e Caribe por uma educação pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade socialmente referenciada, especialmente a partir da implementação das políticas neoliberais na Região. Apontam também os desafios para a construção de um projeto educacional emancipatório e solidário, em tempos de globalização, alicerçado no respeito às diversidades étnicas e culturais dos povos do hemisfério sul ocidental.

Este documento de memória pertence a todas as pessoas e organizações que participaram desses debates e reflexões e que continuarão aprofundando o processo.



Internacional de la Educación
Oficina Regional para América Latina
www.ie-ie-al.org



Confederação Nacional dos
Trabalhadores em Educação
© www.cnte.org.br

Brasil